



## Aprovada MP que prevê compensação a hidrelétrica

Marcos Oliveira/Agência Senado



No Plenário do Senado, Eunício (C) conversa com Serra e Lúcia Vânia durante a votação da proposta da qual foi relator

Medida provisória, que vai para sanção presidencial, prevê que conta dos consumidores ficará mais cara quando faltar chuva

A aprovação da medida provisória ocorreu na véspera do leilão de usinas hidrelétricas. O debate no Plenário durou quatro horas. Segundo senadores da base governista, as novas regras são importantes para garantir segurança jurídica aos empresários interessados em participar do leilão, marcado para hoje. A oposição, por outro lado, atacou a medida provisória afirmando que o governo erra ao impor mais um ônus à população. **12**

Uso de critérios não técnicos no esporte recebe críticas **5**

Alagoas poderá concluir extinção de banco do estado **9**

Proposta agiliza informação a cliente de telefônica **4**

Senadores se dividem sobre eleição argentina **7**

Texto exige que produto de limpeza alerte sobre água **8**

Não classificado em vestibular deve ter acesso a notas **6**

## Plenário votará projeto que incentiva ciência e tecnologia

As Comissões de Assuntos Econômicos e de Ciência e Tecnologia aprovaram projeto que estabelece uma série de medidas para impulsionar a ciência, a tecnologia e a inovação no país.

O texto prevê, por exemplo, que insumos utilizados em pesquisas científicas terão tratamento aduaneiro prioritário e simplificado. **10**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Marta, Delcídio, Lira e Viana na sessão em que o projeto de lei foi aprovado



Rogério Alves/TV Senado

Rastro de destruição é deixado pela onda de lama e rejeitos liberada por rompimento de barragem em Mariana

## Especialista descarta relação de tremor com acidente

A chefe do Observatório Sismológico da UnB, Monica Von Huelsen, disse que os tremores de terra

registrados no dia do rompimento da barragem em Mariana (MG) não causaram a tragédia. Ontem foi

lido no Plenário o requerimento de criação de uma CPI para investigar as barragens da Samarco. **3**



## Conferência do clima em Paris é tema de encarte

A COP-21, que reunirá representantes de 195 países para discutir um acordo capaz de controlar o aquecimento global, começa na próxima semana. Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso vai participar.

## Mulheres pedem mais acesso a instrumentos contra agressões

Instrumentos de proteção contra agressões domésticas, como botão do pânico e tornozeleira eletrônica, foram aprovados por mulheres vítimas de violência. A

adoção dessas medidas em todo o país e o cumprimento da Lei Maria da Penha foram defendidos na Comissão de Combate à Violência contra a Mulher. **4**



Ana Cristina Santiago, Aline Yamamoto, Regina Sousa e Maria Domitila Manssur

## Cálculo de dívida dos municípios vai à Câmara

A nova fórmula para correção da dívida dos municípios com o INSS foi aprovada ontem no Senado. O texto, proposto no voto em separado de Fernando Bezerra Coelho, determina que a taxa Selic, usada atualmente como referencial, seja substituída por juros de 4% ao ano sobre o saldo atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. **9**

Político representou a Bahia no Senado durante a transição para a democracia, entre os anos de 1979 e 1987. Ele também foi vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e governador

# Aos 90 anos, morre o ex-senador Lomanto Júnior

SENADOR DA BAHIA entre 1979 a 1987, primeiro pela Arena, depois pelo PFL, morreu na segunda-feira, em Salvador, Antônio Lomanto Júnior. Ele tinha 90 anos e estava internado desde o dia 4 de outubro. A causa da morte foi insuficiência de múltiplos órgãos.

O velório foi realizado ontem, no Palácio da Aclamação, em Salvador. O enterro se dará hoje, em Jequié (BA), cidade onde nasceu.

Vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, governador e senador, Lomanto Júnior formou-se dentista, mas logo iniciou uma carreira política influenciada pelo líder Octávio Mangabeira.

Sempre fez política voltado para as necessidades municipais, para o desenvolvimento da agricultura e para a qualidade de vida do camponês. Em 1962, elegeu-se governador da Bahia, com o slogan "Feijão na panela". Foi sua a iniciativa de construir uma estrada ligando Salvador a Juazeiro, na fronteira da Bahia com Pernambuco.

No Senado, apesar de apoiar o governo, Lomanto Júnior sempre fez oposição a Antonio Carlos Magalhães, principal liderança baiana a



Lomanto Júnior, na época em que era senador: atuação como municipalista

sustentar o regime militar. Na atuação no Senado, foi municipalista e chegou a propor a criação de uma comissão permanente para tratar exclusivamente das questões dos municípios.

Também foi autor de uma proposta de emenda à Constituição para destinar ao Nordeste a aplicação de 30% da receita tributária da União e do projeto de lei que instituiu o Dia Nacional do Psicólogo.

O senador deixa cinco filhos, dez netos e dez bisnetos. Seus herdeiros políticos são o filho Leur Lomanto, que é ex-deputado federal, e o neto Leur Lomanto Júnior, deputado na Assembleia Legislativa da Bahia.

## Pinheiro e Lídice lamentam morte do político baiano

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que os baianos estão de luto pela morte do ex-governador e ex-senador Lomanto Júnior.

Segundo o senador, o político marcou a passagem pelo governo baiano pela visão de homem do interior, pois defendia que era fundamental interiorizar, desconcentrar e capilarizar as forças do estado. Também Lídice da Mata (PSB-BA), lamentou a morte de Lomanto Júnior, destacando que, como governador, ele levou a renovação do interior para a capital.

## Cássio quer retorno imediato do seguro-defeso

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), defendeu a votação imediata do projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da Portaria 192 do governo federal e restitui a vigência do seguro-defeso, benefício pago a pescadores na época de reprodução dos peixes, quando a atividade é proibida. Ele disse que 70 senadores já assinaram pedido para votação em regime de urgência.

O senador afirmou que o governo erra quando diz que suspende o pagamento, mas libera a pesca, já que na Paraíba, por exemplo, os açudes estão secos. Além disso, segundo Cássio, não é justo que todos os pescadores paguem por fraudes contra o seguro-defeso nem pelo ajuste fiscal.

— Não é possível que os que trabalham de forma honesta sejam penalizados por fraudes eventualmente cometidas.

## Adutora em PE é feita a conta-gotas, critica Humberto

Humberto Costa (PT-PE) chamou a atenção para a crise hídrica no Nordeste e as consequências sobre o agreste pernambucano. Ele cobrou determinação do governo em construir a Adutora do Agreste, que deverá ser interligada às obras de transposição do Rio São Francisco de modo a minimizar os efeitos da seca.

O senador criticou a demora na construção, que levará pelo menos seis anos para ficar pronta. Segundo ele, o povo do agreste espera uma solução "para ontem". Humberto salientou que há regiões no Nordeste que não recebem chuva há cinco anos e declarou esperar que a União e Pernambuco resolvam o impasse:

— Não é possível que uma obra desse porte, que pode minorar sensivelmente os problemas da seca no agreste pernambucano, seja tratada a conta-gotas.

## Hélio José: ação da Promotoria prejudica SUS

Hélio José (PSD-DF) lamentou a decisão do Ministério Público que alega desvio de função por servidores do governo do DF cedidos à Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde.

Ele disse que a decisão ameaça o futuro da faculdade, que é mantida pelo governo local, além da formação de médicos e enfermeiros. Segundo ele, a assistência ambulatorial e hospitalar do Distrito Federal enfrenta problemas graves, como a ausência de profissionais de saúde e equipamentos.

— Sei que o Ministério Público está preocupado em manter o percentual mínimo de profissionais de saúde no atendimento à população, mas é importante não cedermos ao imediatismo e à improvisação. A emenda nesses casos costuma sair pior do que o soneto. E eu receio que esse seja agora rigorosamente o caso — disse o senador.



A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fez ontem audiência pública interativa em homenagem aos 60 anos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A homenagem foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

## Vereadores apoiam Cassol na defesa de substância contra câncer

Ivo Cassol (PP-RO) agradeceu as Câmaras Municipais de Franco da Rocha (SP), Igaracu do Tietê (SP) e Janaúba (MG), que aprovaram



— Aos vereadores, quero deixar meu abraço, aos que estão nessa luta, junto à Anvisa e ao Ministério da Saúde, pela liberação da fosfoetanolamina, que ainda não é chamada de medicamento, mas que é a expectativa e a oportunidade da cura do câncer.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Política energética**  
8h30 Audiência pública interativa para avaliar o suprimento de energia elétrica e as perspectivas da política energética para o futuro do país.
- CAS Políticas para os idosos**  
9h Audiência pública interativa sobre as políticas públicas para os idosos.
- CDR Sudam e Sudene**  
9h Análise de projetos que instituem as Frentes Parlamentares em Apoio à Sudam e à Sudene.
- CDH Violência contra a mulher**  
9h Audiência pública sobre o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, com a participação das Procuradorias da Mulher do Senado e a da Câmara.
- CCI Reunião deliberativa**  
10h O PLC 95/2012, sobre expedição da permissão internacional para dirigir, e a PEC 113/2015, que acaba com a reeleição e retoma a contribuição de empresas a partidos políticos constam da pauta.
- INSTITUCIONAL Deficientes**  
10h Abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência no Auditório Petrônio Portella.
- TRANSPARÊNCIA Requerimentos**  
11h30 Comissão analisa requerimentos.
- CONGRESSO Vetos**  
11h30 Senado e Câmara analisam vetos presidenciais e projetos de leis.
- PRESIDÊNCIA Congresso**  
11h30 Renan Calheiros preside a sessão conjunta do Congresso. Às 16h, preside a ordem do dia do Plenário do Senado.
- ORÇAMENTO Orçamento 2016**  
14h Reunião extraordinária para discussão da Lei Orçamentária de 2016. Às 16h30, continuação da reunião.
- PLENÁRIO Pauta trancada**  
14h Pauta trancada pela MP 697/2015, que abre créditos a cinco ministérios.
- AGENDA BRASIL Depósitos judiciais**  
14h30 Análise de projeto que permite a estados e municípios o uso, como receita, de parte dos depósitos judiciais.
- CPI DO FUTEBOL Requerimentos**  
14h30 A CPI do Futebol analisa requerimentos.
- MP 695/2015 Bancos públicos**  
14h30 Análise da MP 695/2015, que permitiu ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica adquirir, até 2018, participação em instituições financeiras.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS São Francisco**  
14h30 Audiência pública interativa sobre soluções emergenciais para evitar o colapso hídrico no Vale do São Francisco.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Ato**  
14h30 A comissão realiza o ato solene 25 de novembro — Congresso Nacional pelo fim da violência contra a mulher.
- CPI DO HSBC Requerimento**  
15h A CPI do HSBC faz a 15ª reunião de trabalho e, logo depois, analisa requerimento.
- MP 696/2015 Presidência**  
15h A comissão mista analisa a MP 696/2015, que redesenha a estrutura de órgãos da Presidência da República.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Chefe do Observatório Sismológico da UnB afirmou em audiência no Senado que abalos de terra registrados em Mariana foram leves e não seriam capazes de danificar barragens

## Tremor não causou acidente em MG, diz professora

HOUVE QUATRO TREMORES de terra de pequena magnitude uma hora antes do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG) no último dia 5 de novembro, mas eles não foram a causa do desastre.

A informação foi dada pela chefe do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília, Mônica Von Huelsen, que participou ontem de uma audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração.

A chefe do Observatório Sismológico afirmou também que esses tremores de terra — de magnitude entre 2,4 e 2,6 graus na escala Richter — são inofensivos e comuns no Brasil.

Com o rompimento da barragem, rejeitos tóxicos de mineração misturados com lama avançaram pelo Rio Doce em direção ao litoral do Espírito Santo, deixando um rastro de destruição pelo caminho.

O presidente interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Telton Elber Correa, informou que, de acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010), quando as causas de um acidente não são naturais, cabe ao empreendedor garantir a segurança da barragem.

— Para isso, é necessário que haja o cumprimento de uma série de exigências por parte do empreendedor para que ele garanta a segurança das estruturas das barragens de minério — declarou.

O presidente interino do DNPM disse que o departamento está fiscalizando todas as ações da empresa Samarco, subsidiária da Vale e da anglo-australiana BHP Billiton. Correa admitiu, entretanto, que há apenas seis fiscais em Minas Gerais para 206 barragens.

### Recuperação do rio

Entre as providências a serem tomadas pela Samarco, de acordo com o gerente-geral de Meio Ambiente e Licenciamento da Samarco Mineradora, Márcio Isaías Mendes, está a recuperação do Rio Doce, a partir das nascentes.

Mendes assegurou que a primeira etapa da recuperação estará concluída até 2025, mas ele disse que a Samarco não dará conta de executar sozinha todo o serviço necessário.

— Quanto à questão da recuperação, o valor será definido de acordo com cada tecnologia. A Samarco sozinha não consegue resolver esse problema. É muito maior do que todos nós. Então, neste momento, nós precisamos unir esforços — afirmou o



O gerente da Samarco Márcio Mendes fala em audiência pública, ao lado do presidente da subcomissão, Wilder Moraes

representante da Samarco.

O presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, senador Wilder Moraes (PP-GO), lembrou que, ao lado dos senadores Sérgio Petecão (PSD-AC) e Zeze Perrella (PDT-MG), esteve em Mariana na semana passada.

Wilder declarou que, a partir do que foi visto na cidade mineira, “a Samarco está tomando providências com relação aos danos”.

— Nós não fomos lá para procurar nenhum culpado. Esta comissão quer fazer com que o setor mineral evolua no Brasil, tenha condição de produzir. Neste momento, é importante que esta comissão faça uma avaliação dos riscos — disse Wilder.

## Comissão de Meio Ambiente vai debater riscos de barragens

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimento do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) para audiência pública sobre os riscos de rompimento de barragens de rejeitos de mineração e a fiscalização das estruturas mantidas pelas mineradoras.

Ataídes alerta para as consequências econômicas, ambientais e sociais do rompimento de barragens em Mariana e para a possibilidade de novas ocorrências por falta de fiscalização.

— A proposta é que a discussão se atenha, pelo menos nesse primeiro momento, à situação das 663 barragens de rejeitos de mineração existentes no Brasil — disse o senador.

Ele observou que “as duas barragens da Samarco eram tidas como de baixo risco”.

O senador disse ainda que existem pelo menos 43 barragens no país já enquadradas como de alto risco e outras 96 de médio risco, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

### Convidados

Ataídes sugere que sejam convidados o diretor-geral do DNPM, Celso Luiz Garcia; o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Guillo; a assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Alessandra Cardoso; e a professora de planejamento energético e ambiental da Coppe-UFRJ Alessandra Magrini.

Por sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também serão convidados o secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do governo do Pará, Adnan Demachk, e um representante do governo de Minas Gerais.

## Pedido de CPI foi lido em Plenário ontem

As barragens da mineradora Samarco, em Mariana, poderão ser objeto de investigação em uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu ontem o requerimento da CPI, encaminhado pela senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) e acompanhado de assinaturas de 47 senadores.

O objetivo é apurar possíveis irregularidades na manutenção e na fiscalização das barragens e responsabilidades pelo desastre ambiental decorrente do rompimento da barragem

de Fundão. No relatório a ser emitido em 180 dias, a CPI deverá averiguar a situação de outros locais de mineração que apresentem risco.

Rose de Freitas cobrou apuração da responsabilidade técnica, social e administrativa do desastre. Ela espera que a CPI impulse a reestruturação dos órgãos fiscalizadores.

— Vivemos as consequências dramáticas do que aconteceu em Mariana — disse a senadora.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou a importância da iniciativa para reve-

lar à sociedade o que ocorre nas barragens de mineração.

Ontem foi adiada a sessão temática marcada para hoje em que seriam discutidas as consequências do desastre. A nova data para o debate ainda será definida.

Serão convidados os governadores de Minas Gerais, Fernando Pimentel, e do Espírito Santo, Paulo Hartung; prefeitos dos municípios atingidos; a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e representantes da Samarco e da Vale, uma das controladoras da mineradora.

## Ângela defende nova técnica para represar os rejeitos

Ângela Portela (PT-RR) disse que o novo Código de Mineração, a ser votado pelo Senado, precisa incluir a proteção das áreas mineradoras e da população. Segundo a senadora, há a intenção de introduzir valores para indenizações das vítimas, para reconstruções e para a recuperação da natureza.

— Deseja-se também que o código estabeleça uma nova forma para o tratamento dos rejeitos, o beneficiamento a seco. Os rejeitos passariam a ser empilhados, acabando com o uso de barragens.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Rose de Freitas afirma que tragédia poderia ser evitada

Autora do requerimento da CPI das barragens (leia texto acima), a senadora Rose de Freitas lamentou ontem o sofrimento e as consequências ambientais da tragédia de Mariana, mas repudiou o sentimento de impotência diante dos fatos. Para ela, o acidente era previsível e o governo faltou com a responsabilidade de fiscalizar. Rose considera inadmissível que a mineradora Samarco fiscalize a própria barragem.

—Essa tragédia destruiu vidas, mas, moralmente, nos comprometeu. Não tivemos a capacidade de colocar a cabeça para pensar diante do aviso de que desastres como esse poderiam ocorrer — afirmou.

## Para Amorim, governo tem que melhorar fiscalização

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que o governo federal tem sua parcela de culpa no desastre de Mariana e que precisa urgentemente ampliar e melhorar a fiscalização das barragens no país. O senador informou que a população de Sergipe está preocupada, pois o estado também é forte na mineração e conta com muitas barragens.

—Somos praticamente o único produtor de potássio no país, entre outros minérios. Tudo isso nos preocupa muito, porque o que aconteceu em Minas, se não houver cuidado e responsabilidade, também poderá ocorrer em muitos outros cantos deste país — alertou.



Ataídes pediu audiência para discutir riscos de novos acidentes e fiscalização

# Debate sugere aumento do uso do botão do pânico

Instrumentos que ajudam no combate às agressões domésticas, como tornozeleiras eletrônicas, precisam chegar a todo o país, conforme audiência da Comissão da Violência contra a Mulher

O SUCESSO DO uso do botão do pânico e da tornozeleira eletrônica, instrumentos de medidas protetivas no combate às agressões domésticas e familiares, foi atestado em audiência pública promovida ontem pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. O próximo passo, segundo as participantes, é a ampliação do serviço para todo o país e a garantia do acompanhamento e cumprimento da Lei Maria da Penha.

A implantação do botão do pânico, que faz parte de um projeto-piloto lançado em 2013 pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo em parceria com a Prefeitura de Vitória, representou uma mudança na vida de mulheres ameaçadas por ex-maridos, namorados ou companheiros.

— As mulheres que aderiram ao projeto relatam que voltaram a exercer o direito de ir e vir. Os sentimentos e sensações experimentados pelas mulheres após o recebimento do botão do pânico são proteção, coragem, segurança, justiça e tranquilidade — ressaltou a representante do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva, Franceline de Aguiar Pereira.

Quando a mulher em risco aperta o botão do aparelho (do tamanho médio de um telefone celular), a central de segurança aciona os policiais mais próximos, que podem chegar entre 3 e 10 minutos.

Franceline informou que, depois de identificados os casos mais graves, com a implantação do dispositivo, nenhuma das vítimas que aderiram voltou a ser agredida. O número de homicídios na capital, que liderava os casos de assassinato de mulheres, caiu desde 2013: naquele ano foram 15 casos, em 2014 foram 12 assassinatos e este ano, até agora, foram registrados 8 casos de feminicídio.

Aline Yamamoto, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, afirmou que o governo estimula a replicação nacional da experiência com o botão do pânico, mas demonstra a preocupação de que o mecanismo seja aplicado de maneira isolada, deixando para a mulher a responsabilidade pela própria segurança. Por isso, ela defende a tornozeleira eletrônica como um acessório importante para monitorar os passos do agressor.

— E a gente ainda tem uma dificuldade de compatibilizar, no âmbito dos juizados e das varas, as medidas de natureza cível e penal. Então, a maior parte das medidas aplicadas são as de caráter proibitivo, de vigilância coercitiva. Muitas delas, que têm a possibilidade de oferecer às mulheres condições materiais para sair dessa situação de violência, muitas vezes não são aplicadas com tanta incidência como as demais medidas — disse.

## Cultura da violência

Para a juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos, de São Paulo, as penas são muito brandas, a exemplo do crime de ameaça, em que, se não houver antecedentes criminais, há a possibilidade de liberação com pagamento de fiança. Ela defende o fim da cultura de violência, que já começou com a exigência do respeito à Lei Maria da Penha e com o uso da tecnologia para a proteção da mulher.

No entanto, nem sempre os pedidos de medidas protetivas são encaminhados diretamente ao juiz, explica Maria Domitila para justificar a demora na resposta, além da resistência da mulher em denunciar.

Segundo a juíza, a mulher tem medo de que o agressor a prejudique no ambiente de trabalho, resultando na perda

do emprego e fonte de renda da família. A vítima teme o dano patrimonial causado quando as residências são destruídas por parceiros dependentes de álcool e drogas.

Mesmo assim, a debatedora não apoia o afastamento da mulher da própria casa e da família para ser acolhida em casas-abrigo com o cerceamento da sua liberdade, enquanto o agressor fica solto. Por isso, o uso da tornozeleira e a vigilância do Estado são considerados fundamentais.

— Quem deve monitorar essas situações de violência não é o particular, é o poder público, por meio da polícia militar, da guarda civil metropolitana e até mesmo por meio da polícia civil — afirmou.

A titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, Ana Cristina Melo Santiago, lembra que o prazo para encaminhamento dos pedidos de medidas protetivas de urgência é de 48 horas e mais outras 48 horas para o deferimento do juiz. No entanto, ressaltou, não é incomum que a resposta demore até 60 dias.

Nesse sentido, Ana Cristina defende mudanças na legislação para permitir que o próprio delegado possa deferir o pedido das vítimas.

— A gente tem que pensar em mecanismos para que essa mulher possa, da forma mais rápida possível, ter essa medida protetiva em mãos. Pois quando ela é informada dos prazos, ela recua e tem medo.

Para a delegada, o monitoramento também deve ir além da decisão judicial, o agressor deve ser acompanhado e a polícia, sempre informada. Em caso de descumprimento da medida protetiva, afirmou, a autoridade policial deveria ter subsídios para atuar no momento em que a mulher procura a delegacia e noticia a desobediência.

## Wilder propõe canal direto entre usuário de telefonia e técnicos

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o projeto que assegura ao usuário o direito de obter das prestadoras de telecomunicações respostas imediatas, claras e completas sobre as solicitações de manutenção e instalação de serviços. Apresentado pelo senador Wilder Morais (PP-GO), o PLS 129/2015 garante ao cliente a oferta de um canal de comunicação direto com os funcionários responsáveis pelos procedimentos de instalação e de manutenção, mesmo se forem terceirizados.

Dessa forma, o usuário terá direito de se informar diretamente com o técnico sobre o procedimento, sem intermediação da central de atendimento ao cliente.

Walter Pinheiro (PT-BA)

recomendou a aprovação do projeto após ler o relatório apresentado por Sérgio Penteção (PSD-AC).

O projeto será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em decisão terminativa, pela de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

A CCT adiou a análise de 12 avisos sobre mudanças de controle societário de emissoras de rádio e TV.

Foram aprovados também requerimentos pedindo informações ao Ministério das Comunicações sobre todas as pessoas que passarão a ter participação no capital social dessas empresas.

— Não há desconfiança, mas rigor em uma das tarefas que cabe a esta comissão — disse Pinheiro.



Pinheiro vota pela aprovação do projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia

## Seguro de carro poderá ter que cobrir também desastres naturais

Projeto que torna obrigatória a cobertura, por seguros de automóveis, de danos causados por desastres naturais, como enchentes, deslizamentos, chuva de granizo e quedas de árvores, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

O autor do PLS 492/2013, Eduardo Amorim (PSC-SE), argumenta que a obrigatoriedade da cobertura para esse tipo de dano evitaria significativos prejuízos financeiros para os segurados.

A relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), favorável à pro-

posta, lembrou que não há, no ordenamento jurídico nacional, previsão de obrigatoriedade dessa cobertura mínima. Segundo Amorim, ao tornar obrigatória a cobertura, a proposta acabará com a omissão contratual, que deixa os proprietários de automóveis desprotegidos. Além disso, visa garantir a homogeneidade dos contratos de seguros, argumenta.

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

## Projeto estimula programas de doação de sangue e de medula

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a instituição do selo Empresa Solidária com a Vida, destinado às pessoas jurídicas que desenvolvam programa de incentivo aos funcionários para a doação de sangue e de medula óssea.

O PLC 38/2014, do ex-deputado Beto Albuquerque, prevê que as empresas parti-

cipantes da iniciativa poderão utilizar o selo em peças publicitárias. O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), destacou a importância da iniciativa para “exortar as empresas, mediante distinções e homenagens, a estimular a doação de sangue e de medula óssea pelos trabalhadores”.

O texto segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Em audiência dirigida por Regina (C), Aline Yamamoto destacou que a tornozeleira pode ser útil para monitorar agressor

Membros da comissão sobre a Lei Geral dos Desportos questionaram a equiparação da exigência de certidão negativa de dívidas a critérios técnicos de desempenho em competições

## Juristas criticam regra de *fair play* em esportes

EMBORA DEFENDAM A importância do *fair play* financeiro nos esportes, os juristas da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Lei Geral dos Desportos discordam de dispositivos do Profut que equiparam o cumprimento das exigências financeiras previstas a critério técnico de desempenho.

A Lei 13.155/2015 instituiu práticas de responsabilidade fiscal e financeira a serem seguidas pelas agremiações esportivas interessadas em refinar dívidas tributárias com a União. Ela determina que, para um clube de futebol poder entrar em uma competição, por exemplo, não basta o desempenho na temporada anterior. O time pode ficar inabilitado se deixar de apresentar certidões comprovando que está em dia com débitos relativos aos tributos federais (CND) e com o FGTS, entre outras exigências que passaram a fazer parte do Estatuto de Defesa do Torcedor, a partir da medida provisória do Profut, em agosto passado.

O vice-presidente da comissão, Álvaro Melo Filho, quando apresentou relatório sobre o Estatuto do Torcedor, ontem, disse que as regras do Profut atribuem “força descomunal”



Comissão de juristas também avaliou proibição da venda de bebidas alcoólicas em estádios e injúrias raciais de torcedores

a processos de exclusão por critérios não técnicos.

Primeiro, explicou, as equipes sem certidões negativas ficarão impedidas de entrar nas competições. Depois, caso já estejam participando quando deixarem a condição de regularidade, perdem pontos de partidas.

— Vamos correr risco grande, porque isso vai gerar, ao longo da competição, representações e protestos na Justiça Desportiva — disse.

E finalmente, se o clube for campeão, vai haver protesto questionando se ele não tinha determinada certidão.

— Mesmo se a certidão negativa tiver sido renovada, apenas

um interregno no pagamento será suficiente para gerar uma multiplicidade de problemas — avaliou.

O jurista Pedro Trengrouse admitiu que o tratamento adotado pelo Profut pode ser considerado “absurdo”, mas foi uma resposta à “omissão, negligência e apatia” das organizações esportivas.

— As entidades discutiram por mais de dez anos o *fair play* financeiro na Conmebol e na CBF, mas não foi implementado. Nesse tempo a Uefa, a confederação do futebol europeu, já discutia o equilíbrio financeiro entre as equipes. Isso porque um time em más condições financeiras pode

falir e afetar toda a competição.

Trengrouse acrescentou que aqueles que fazem dívidas e não honram com os pagamentos acabam tendo recursos para investir nas equipes, em detrimento dos que pagam os compromissos, inclusive com impostos.

Para o advogado, se a ideia é retirar as exigências da lei, será necessário tratar da “questão de fundo”: a própria estrutura das organizações esportivas. Do contrário, avalia, sempre haverá pressões sociais por regras legislativas, de iniciativa do Congresso, sobre temas que poderiam ser decididos de modo autônomo pelas entidades.

Na reunião, os juristas também decidiram não incluir no anteprojeto da Lei Geral dos Desportos questões já abordadas pelo Estatuto do Torcedor e consideradas de pouca relevância.

Esses pontos poderão ser tratados em regulamentos, como regras sobre a forma de feitura e sobre o momento da divulgação das súmulas de arbitragem.

### Bebidas e injúria

Melo Filho sugeriu a necessidade de examinar o fim das restrições ao comércio de bebidas nas arenas esportivas, o que hoje privaria os clubes de renda extra. Para ele, não há elementos que comprovem a relação entre violência e consumo de bebidas dentro dos estádios. A seu ver, o consumo ocorre fora, até mesmo nas imediações do estádio.

— Seria mais útil instalar bafômetros para impedir que pessoas alcoolizadas entrem nos estádios.

A inclusão de tipos penais específicos para injúria racial praticada por torcedores foi criticada. Para o consultor legislativo Alexandre Sidnei Guimarães, crime é o mesmo se cometido “em estádio, na rua ou mesmo no Senado”.

## Entidades defendem modelo alternativo de seguro de carros

Numa audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os dirigentes do sistema associativo de proteção veicular criticaram a atuação da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e do Ministério Público.

Segundo eles, a Susep procura impedir o funcionamento dessas entidades, que são acusadas de atuar ilegalmente no mercado de seguros. Em defesa, alegam que trabalham sem fins lucrativos e que os negócios são conduzidos pelo princípio da autogestão. Os associados — mais de 2 milhões de proprietários de veículos rejeitados pelas empresas de seguro por não preencherem as exigências das seguradoras — adquirem cotas e os prejuízos são divididos entre todos.

Para Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência, “algumas pessoas não querem entender que o trabalhador que ganha abaixo de dez salários mínimos não pode ter carro do ano”:

— São milhões de pessoas que se encontram nessa situação e reivindicam o direito de proteger seu patrimônio em forma associativa. Por que proibir?

Paim referiu-se às limitações impostas pelas seguradoras que não aceitam veículos nacionais com mais de dez anos de uso e de importados com mais de cinco anos. Essas restrições se estendem aos proprietários com nomes inscritos nos serviços de proteção ao crédito e para quem tem carteira de motorista há menos de um ano.



O senador Paulo Paim (C) conduz a audiência sobre o sistema associativo de proteção de veículos

O presidente da Associação dos Condutores de Veículos do Brasil (Ascobras) e diretor da Federação Nacional das Associações de Benefícios (Fenaben), Cleiton Dornelas Luiz Campos, explicou que a diferença entre o seguro e o associativismo é a autogestão.

— É antes de tudo uma prática social. O que existe entre a associação e seus associados é um contrato de objetivos comuns. Nas associações, as partes ganham ou perdem em conjunto, ao contrário das seguradoras, em que uma parte ganha e a outra perde — afirmou o dirigente.

Campos não poupou críticas à Susep e ao Ministério Público. Ele destacou que a Fenaben tem como objetivo regular e unificar os procedimentos das associações de veículos de passeio,

além de disseminar o conceito de associativismo nas esferas legislativas e judiciárias.

### Empregos

Campos lembrou que o associativismo gera hoje mais de 20 mil empregos diretos e indiretos e que o potencial de gerar emprego é grande se for levado em consideração que mais de 56 milhões de proprietários de veículos estão impedidos de cumprir as exigências impostas pelas seguradoras.

— Quando a Susep age contra as associações ou quando consegue uma liminar para fechar uma associação, ela não pensa qual prejuízo vão ter o mercado financeiro, o setor de empregos, as oficinas que vão fechar ou em quantas famílias ficarão sem proteção.

Cintia Souza, presidente da Fenaben, condenou a atuação da superintendência e conclamou as associações a se unirem contra o que definiu como “perseguição da Susep”.

— A Susep insiste que não podemos emitir boletos. Já temos decisões judiciais dizendo que as associações não são seguradoras. A Susep chega a dizer que as associações cometem um crime. De jeito algum. Por que essa perseguição toda? Vamos dividir os prejuízos e cada um tem sua cota a pagar.

O presidente do Clube de Assistência aos Proprietários de Veículos Automotores (Car Club), Edison Pereira Carvalho, também negou que as entidades de associativismo sejam seguradoras. Ele reclamou que o MP faz muitas exigências, “proibindo até de dividir os prejuízos e bloquear a conta bancária”.

— Vejam a injustiça disso aí, a maldade, a crueldade. A mídia nos chama de seguro pirata. Estamos pedindo apenas nosso direito de dividir nossos prejuízos. Se o mercado financeiro cobra 400% de juros ao ano, não é crime, mas nós, que dividimos nossos prejuízos, somos acusados de praticar crime. É crime nos reunirmos para não sermos extorquidos?.

Carvalho garantiu que as associações não vão “baixar a guarda”:

— Queremos legalizar as associações, Queremos a regularização. A Susep é superintendência de seguros privados, não superintendência de sistema associativo de proteção veicular.

Projeto aprovado ontem na Comissão de Educação garante a candidatos não classificados em vagas de curso de graduação o acesso a resultados de provas e posição em ranking

# Reprovado em vestibular deve ter acesso a nota

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/2015, do deputado Diego Andrade (PSD-MG), que assegura na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o direito ao candidato não classificado em processos seletivos para cursos superiores de graduação a ter acesso a suas notas ou indicadores de desempenho em todas as provas, exames e demais atividades de seleção, além da sua posição na ordem de classificação. A matéria segue para votação no Plenário.

Relatora da proposta, a senadora Sandra Braga (PMDB-AM) defendeu a tese de que a divulgação dos dados apenas dos classificados não seria suficiente para assegurar a necessária transparência e o controle dos processos seletivos.

Por isso a obrigação de que os resultados sejam disponibilizados a todos, embora continuem sendo tornados públicos apenas aqueles obtidos pelos candidatos classificados.



Senadores Romário e Roberto Rocha na reunião da CE: colegiado aprovou duas homenagens a Luiz Henrique da Silveira

O relatório ainda alega que o fornecimento das informações completas aos não selecionados é útil por lhes permitir mensurar as potencialidades e dificuldades.

## Luiz Henrique

A comissão aprovou duas iniciativas em homenagem ao ex-governador de Santa Catarina e ex-senador Luiz

Henrique da Silveira, falecido em maio deste ano. Uma delas (PLS 353/2015) estabelece que passa a se chamar Campus Universitário Governador Luiz Henrique o campus da Universidade Federal de Santa Catarina localizado em Joinville.

Também foi aprovado o PLS 305/2015, que denomina Rodovia Senador Luiz Henrique

da Silveira o trecho da BR-280 que cruza todo o estado de Santa Catarina.

Outros projetos acatados pela comissão são o PLS 438/2012, oriundo do Programa Jovem Senador, que trata de políticas de prevenção à violência em estabelecimentos de ensino; o PLS 515/2015, de autoria dos senadores Fátima Bezerra (PT-RN), Romário

(PSB-RJ) e Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), que estabelece 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte; e o PLC 132/2015, do deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), que declara o ex-arcebispo Dom Helder Câmara o Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos.

## Tortura

A comissão aprovou ainda o PLS 417/2013, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que torna 14 de julho o Dia Nacional de Combate à Tortura. A data remete ao desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza em 2013, após uma alegada detenção para averiguações pela Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Os senadores aprovaram também o projeto que torna 21 de junho o Dia Nacional de Luta contra a ELA — Esclerose Lateral Amiotrófica. Para o senador Romário, autor do projeto (PLS 682/2015), a data representa a mudança de conscientização que se pretende em relação à doença.

## Aprovado projeto que regulamenta avaliação para médicos estrangeiros

Médicos estrangeiros em atuação no Brasil podem ser obrigados por lei a passar pelo Revalida, o exame de revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 138/2012, que regulamenta o Revalida e foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto, que reforça o que já é estabelecido numa portaria, inclui o Conselho Federal de Medicina como colaborador do governo no exame.

Do ex-senador Paulo Davim, o texto foi aprovado em caráter

terminativo (sem necessidade de votação no Plenário) e teve relatório favorável de Otto Alencar (PSD-BA), que incluiu uma emenda para determinar que o Ministério da Educação realize o Revalida no primeiro trimestre de cada ano por convocação de interessados.

Ele observou que o projeto não se diferencia muito da portaria vigente. A diferença mais significativa é a inclusão do Conselho Federal de Medicina como colaborador na realização do exame.

O Revalida inclui provas escritas e práticas.

## Texto disciplina dispensa de atleta por justa causa

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o PLS 109/2014, do ex-senador Alfredo Nascimento, que inclui na Lei Pelé (Lei 9.615/1998) a dispensa por justa causa de atleta e a cláusula indenizatória referente ao processo.

O autor observa a existência do que julga ser um “vácuo legal” referente ao tema da dispensa motivada, ou por justa causa, de atletas. Essa lacuna, segundo ele, tem sido preenchida pela interpretação jurisprudencial e faz-se necessário oferecer ao contratante “a necessária proteção em face do mau procedimento

do contratado”.

Pelo texto final, fruto do relatório de Dário Berger (PMDB-SC), que inseriu emendas à proposta, a multa a ser aplicada a um atleta pela dispensa por justa causa não deverá ser maior que os prejuízos que desse fato resultarem ao clube.

Também passa a constituir dispensa motivada, além das previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a eliminação de um atleta imposta pela entidade de administração do desporto em âmbito nacional ou internacional.

Também passam a ser consideradas dispensas por

justa causa, portanto passíveis de indenização aos clubes, a transferência de um atleta para outra entidade, nacional ou estrangeira, durante a vigência do contrato especial de trabalho ou por ocasião do retorno às atividades profissionais em outra entidade de prática desportiva, no prazo de até 30 meses.

A proposta seguirá para a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa — se aprovada na CAS e não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado, poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

## Avança política para aluno superdotado

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei (PLS 254/2011) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que trata da identificação, do cadastramento e do atendimento, na educação básica e superior, de alunos superdotados ou com altas habilidades.

O texto aprovado partiu do relatório de Paulo Paim (PT-RS) à modificação recebida da Câmara (SCD 17/2015) ao texto de Crivella e passa a incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a colaboração do governo federal com estados e municípios para estabelecer as diretrizes e os procedimentos de identificação, cadastramento e atendimento desse tipo de aluno.

A proposta também determina que o poder público deverá criar um cadastro nacional de superdotados,

matriculados na educação básica ou na superior, com o objetivo de que sejam fomentadas políticas públicas de desenvolvimento pleno para eles. A identificação precoce dos alunos, os critérios para inclusão no cadastro e as políticas de desenvolvimento deverão ser definidas em regulamento.

A proposta segue agora para análise no Plenário do Senado. Se for aprovada, será enviada para a sanção da Presidência da República.

Durante a discussão na comissão, Paim disse acreditar que o atual modelo educacional brasileiro ainda não consegue explorar com efetividade o potencial desse tipo de aluno. Os estudantes estariam em uma condição de “invisibilidade”, o que traz prejuízos para eles e o país.

## Comissão adia análise de MP sobre arma

A reunião da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 693/2015, que estava prevista para ontem, foi cancelada. Ainda não há data marcada para nova reunião.

A MP 693/2015 permitiu a auditores e analistas da Receita Federal portar arma própria ou do órgão, mesmo fora de serviço, quando existir possibilidade de ameaça a sua integridade física ou de sua família em decorrência do trabalho, desde que a ameaça seja registrada na polícia.

Segundo o governo, 87% dos atentados e ameaças ocorrem fora do horário de serviço, na ausência de qualquer proteção policial. O risco é maior para os crimes aduaneiros, como contrabando, tráfico de drogas e pirataria.

A medida também prevê benefícios

fiscais para as distribuidoras de energia elétrica nos locais das competições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que serão realizados no Rio.

A MP 693 concede ainda isenção da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (TFPC) para treinamentos e competições aos atletas, ao Comitê Olímpico Internacional (COI), ao Comitê Paralímpico Internacional, às federações desportivas internacionais e aos comitês olímpicos e paralímpicos nacionais.

A comissão tem como presidente o senador Blairo Maggi (PR-MT) e o deputado Rubens Otoni (PT-GO) como vice. O deputado Manoel Junior (PMDB-PB) é o relator e o senador Telmário Mota (PDT-RR) é o relator-revisor.

A vitória de Mauricio Macri foi bem recebida por Aécio Neves e Aloysio Nunes, enquanto Lindbergh Farias disse que a chegada do empresário ao poder pode ser retrocesso

# Eleição de presidente argentino divide opiniões

O RESULTADO DA eleição presidencial de domingo na Argentina, vencida pelo empresário Mauricio Macri, foi tema de discussão ontem no Plenário do Senado.

Os senadores aguardavam pelo quorum para votar a indicação do embaixador José Humberto de Brito e Cruz para a embaixada do Brasil em Marrocos, quando Aécio Neves (PSDB-MG) pediu a palavra para comemorar a eleição de Macri. O senador ressaltou que o eleito deve usar a cláusula democrática do Mercosul para pedir a saída da Venezuela do bloco comercial. Aécio criticou o governo brasileiro, que, segundo ele, é omissivo diante do que chamou de escalada autoritária na Venezuela.

— O que ficou muito claro é que, em poucas horas, após a confirmação da sua eleição, o presidente eleito já assume posições muito claras em relação a problemas sérios



Atual prefeito de Buenos Aires, Macri comemora a vitória ao lado da família

que temos vivido na região e que deveriam, pela liderança natural que o Brasil possui, estar sendo defendidas pelo Brasil — afirmou Aécio.

Em resposta, Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que, ao contrário do que foi feito por Aécio em 2014, o candidato derrotado na Argentina, Daniel Scioli, não pediu recontagem de votos nem sugeriu ter ocorrido fraude eleitoral

ou pedido impeachment do vencedor. Além disso, o senador disse que a gestão de Macri poderá significar um retrocesso para a Argentina.

— Quero ver o que vai acontecer com esse governo Macri em cima de questões muito objetivas, como a discussão sobre o câmbio e os subsídios de serviço público, que correspondem a 4% do déficit fiscal da Argentina — afirmou.

Sobre a Venezuela, Lindbergh disse que o Brasil está atento ao país vizinho e atua para apaziguar as disputas entre governo e oposição.

— Tudo o que nós não queremos é que aquilo descambe para uma guerra civil. O que tive por parte de lideranças opositoras foi o agradecimento ao governo brasileiro para facilitar um diálogo para que haja eleições na Venezuela e o processo seja tranquilo.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou que a presidente Dilma Rousseff já convidou o novo presidente argentino para visitar o Brasil e desejou que Macri faça um bom governo.

— Vamos esperar que o presidente Macri possa dar uma resposta adequada para tirar a Argentina da profunda crise econômica e social na qual o governo dos Kirchner mergulhou aquele país, assim como os governos petistas mergulharam o Brasil.

## Ana Amélia: Macri deve ajudar no comércio bilateral

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem esperar que a eleição do opositor Mauricio Macri seja o início da solução dos dilemas do Mercosul.

A senadora afirmou que as transações comerciais entre Brasil e Argentina, nos últimos anos, passaram por problemas que afetaram, principalmente, o lado brasileiro. No caso do Rio Grande do Sul, barreiras tarifárias e não tarifárias prejudicaram os setores de móveis, calçados e chocolates, explicou a parlamentar.

Ela saudou iniciativas anunciadas por Macri, como o pedido de suspensão da Venezuela do Mercosul.



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ministro: Acordo Transpacífico pode ameaçar o setor agrícola

O Acordo Transpacífico pode ser uma ameaça ao Brasil no setor agrícola, segundo o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Ele afirmou ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que a entrada do Japão nas negociações tornou o acordo muito mais significativo.

Vieira ressaltou, no entanto, que o Transpacífico levará anos para se consolidar e que algumas garantias do acordo já estão em plena vigência entre alguns dos 12 países-membros (das Américas, Ásia e Oceania).

— Na área agrícola, os grandes mercados do Transpacífico aplicam restrições tarifárias significativas. Em agricultura, mais do que as barreiras tarifárias, as barreiras sanitárias podem ser importantes — disse.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Ana Amélia (PP-RS) criticaram a atuação do Brasil nas negociações pela retomada da Rodada Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), com objetivo de reduzir as barreiras comerciais. O ministro garantiu que

o país continuará negociando. Também destacou que a presidente da República, Dilma Rousseff, considera prioritário o acordo entre Mercosul e União Europeia.

Tasso Jereissatti (PSDB-CE) afirmou que o Brasil não tem se manifestado sobre as eleições parlamentares na Venezuela, marcadas para 6 de dezembro. Vieira negou ter havido veto daquele país ao nome do ex-ministro da Justiça e da Defesa e ex-presidente do STF Nelson Jobim como observador no pleito e disse que o Brasil acompanha o processo eleitoral na Unasul, mas sem participação do Tribunal Superior Eleitoral. Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediu posicionamento público do Brasil sobre medidas antidemocráticas na Venezuela.

— Dirigentes, líderes políticos estão presos, não têm condição de usar os meios de comunicação. Espero que o governo brasileiro tenha uma palavra pública para expressar um mínimo de solidariedade aos democratas venezuelanos.

## Senado aprova novo embaixador para Marrocos

Os senadores aprovaram ontem a indicação do diplomata José Humberto de Brito Cruz para o cargo de embaixador do Brasil em Marrocos, reino no norte do continente africano. Foram 57 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. A presidente da República será comunicada sobre a decisão.

Doutor em filosofia política, José Humberto de Brito Cruz formou-se pela Universidade de São Paulo (USP) em 1983. Atuou em missão nas Nações Unidas, em Nova York, de 1990 a 1994; na embaixada do Brasil em Caracas, de 1994 a 1997;

na embaixada em Paris, de 2003 a 2006; e na delegação na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e no Mercosul, em Montevideu, de 2006 a 2011.

Terceira maior economia do norte da África, depois do Egito e Argélia, Marrocos é considerado o “mais ocidental” dos países árabes pelas relações com os Estados Unidos e com a Europa, principalmente França, Espanha e Itália, segundo o Ministério das Relações Exteriores. Rabat é a capital.

Logo após a aprovação do novo embaixador, os senadores

tiveram de repetir a votação do PDS 347/2015, confirmando o Tratado de Marrakech, que retira barreiras à distribuição e à reprodução de obras em formatos acessíveis a cegos.

O texto foi assinado em Marrocos em 2013 por 79 países. A proposta já havia sido votada em Plenário em 19 de novembro, porém em votação simbólica. Como o tratado é relativo a direitos humanos, exige duas votações no painel com pelo menos 49 votos favoráveis de senadores em cada uma. O PDS segue para promulgação.

## Pinheiro defende caminho para que país volte a crescer

Walter Pinheiro (PT-BA) se disse preocupado com a paralisação do país e defendeu a necessidade de governo e Congresso escolherem um caminho para que o Brasil volte a crescer. A situação, afirmou, é decorrente da crise econômica e política, mas é preciso que todos busquem o desenvolvimento. Para o senador, isso passa por um novo pacto federativo.

— O que é que deve ser feito? Qual o ponto crucial que deve ser tocado agora para que a gente consiga reordenar a economia, dar respostas aos nossos municípios?



## Flexa registra encontro na Amazônia Legal

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou o 12º Fórum dos Governadores da Amazônia Legal, realizado no Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém, onde os nove governadores da região discutiram a redução do desmatamento, sustentabilidade, educação e redução de homicídios.

— Eles manifestaram seus compromissos quanto ao futuro social, econômico e ambiental da Amazônia e entendem que a redução de 80% no desmatamento em dez anos representou uma gigantesca contribuição para a redução brasileira nas emissões de dióxido de carbono — disse o senador.

## Vanessa lamenta baixa transparência no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) que coloca o Amazonas entre os estados menos transparentes.

Numa escala de zero a dez, o Amazonas tem 1,39 ponto, sendo que, quanto mais próximo de dez, mais transparente é o governo do estado, explicou a senadora. Para ela, a sociedade fica sem meios de fiscalizar o uso do dinheiro público onde falta transparência.

— Não existe forma mais competente e mais eficaz de combater a corrupção do que a transparência.



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e senador Aloysio Nunes Ferreira

# Produtos de limpeza poderão ter mensagem sobre economia de água

Proposta foi aprovada ontem em comissão e agora será votada pelo Plenário. Fabricante que não estampar advertência sofrerá punição

**PODERÁ SE TORNAR** obrigatória a inclusão da expressão “Água: pode faltar. Não desperdice” na embalagem de produtos de limpeza cujo uso implique consumo de água.

A medida visa conscientizar a população sobre o agravamento da crise hídrica e incentivar a economia de água na limpeza de casas e empresas.

A exigência entrará em vigor se for convertido em lei o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 176/2005, que foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto de lei vai ser votado pelo Plenário do Senado.

O texto estabelece que a mensagem de advertência sobre os riscos de escassez de água deve estar em destaque e de forma legível nas embalagens dos produtos.

A exigência deverá ser cumprida pelos fabricantes em até um ano após a publicação da nova lei.

O descumprimento da medida acarretará punições



Os senadores Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro e Donizeti Nogueira debatem o projeto de lei na Comissão de Meio Ambiente

previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

O PLS 176/2005, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado no Senado e enviado à Câmara dos Deputados em meados de 2007.

## Atualidade

Como ressalta o relator na CMA, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a matéria se mantém atual. O senador explica que os deputados aperfeiçoaram

o texto, definindo, por exemplo, o teor da mensagem que deve ser estampada nas embalagens dos produtos de limpeza.

Ao agradecer o voto favorável de Flexa, Crivella disse ser urgente a ampliação de medidas para melhorar a gestão dos recursos hídricos:

— É preciso economizar água, sobretudo aquela água que estamos usando para lavar o carro, a roupa, a cozinha, a calçada. E uma maneira [de

incentivar a economia] é escrever nas embalagens: pode faltar água, não desperdice.

Na discussão da proposta, Regina Sousa (PT-PI) também apontou a necessidade de se mudarem os hábitos da população:

— A demanda de água não é mais só do semiárido, da região seca. Todos demandam água, pois os poços perfurados estão secando, a água no subsolo está ficando mais profunda.

## Avança norma para ocupação de área por agricultor

Foi aprovado ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que cria lei para normatizar a regularização fundiária rural de interesse social, exclusiva para áreas ocupadas por agricultores familiares que tenham renda mensal de até cinco salários mínimos e que explorem até quatro módulos fiscais de forma contínua.

Pela proposta (PLS 368/2013), serão contempladas posses consolidadas há pelo menos cinco anos e onde não existam conflitos pela propriedade, além de áreas da União, dos estados e dos municípios destinadas a projetos de regularização fundiária de interesse social.

O projeto confere maior autonomia a estados e municípios, que poderão promover todos os atos para legalizar ocupações irregulares, incluindo a entrega de títulos de propriedade ao final do processo. Hoje, a regularização fundiária está concentrada na União. Para dar maior agilidade ao processo, poderão ser firmadas parcerias entre os entes da Federação e desses com cooperativas, associações, sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

O poder público responsá-

vel pelo processo promoverá a demarcação da terra, com base em levantamentos sobre a ocupação da área, em procedimentos para identificação de possíveis proprietários e verificação do cumprimento da legislação ambiental. Na sequência, concederá o título de legitimação da posse rural, preferencialmente em nome da mulher.

Além dos quatro módulos fiscais, poderá haver a legitimação da posse para mais um módulo fiscal, desde que o beneficiário assuma os custos dos serviços técnicos para demarcação da área excedente. Caso o imóvel tenha mais de cinco módulos fiscais, a concessão do título dependerá da desocupação da área excedente.

Após três anos com a titulação de posse, o beneficiário poderá transferir o título para pessoa que preencha os requisitos, mediante anuência do poder público. Já o título de proprietário poderá ser requerido conforme legislação sobre usucapião, que exige prazos de até 15 anos de ocupação.

A proposta também determina que não podem ser objeto de legitimação de posse áreas militares, de utilidade pública, ocupadas por população indígena, definidas como unidades



Relator, Cintra sugeriu inclusão em cadastro como critério para demarcar

de conservação ou que tenham benfeitorias públicas. Terrenos de marinha poderão ser regularizados de acordo com legislação específica.

## Posse

Para justificar a nova lei, Aloysio Nunes informa que dos 5,5 milhões de imóveis rurais do país, cerca de 800 mil são posses por simples ocupação, conforme dados do Incra. Esse número pode ser ainda maior, de acordo com o autor, pois metade do território brasileiro ainda não está cadastrada, sendo desconhecida a forma de ocupação.

Aloysio argumenta que a estrutura fundiária brasileira é fruto de processos desordenados de ocupação do território, resultando na concentração da terra, na proliferação de posses e no aumento de assentamentos precários. Esse

“mosaico de irregularidades fundiárias”, diz ele, alimenta conflitos agrários, sendo ainda um entrave ao desenvolvimento socioeconômico do país.

O posseiro enfrenta restrições quando tenta acessar as políticas públicas, como o crédito rural e os incentivos à comercialização, não tendo também direito à indenização caso a área de sua posse venha a ser destinada a obras de interesse público.

As leis em vigor, diz Aloysio, têm sido ineficazes para resolver o problema, motivo pelo qual ele sugere o novo marco jurídico, tendo como base a regularização fundiária de interesse social prevista no Programa Minha Casa, Minha Vida e no Programa Terra Legal, este último voltado a estabelecimentos rurais irregulares na Amazônia.

O relator, senador Douglas Cintra (PTB-PE), apresentou voto favorável, com uma emenda, para incluir dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) entre as informações requeridas para o projeto de demarcação rural.

A proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde será votada em decisão terminativa.

## Cadastro deve ser usado para cálculo do ITR

O agricultor poderá passar a utilizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para apuração da área tributável de sua propriedade rural, sobre a qual é calculado o Imposto Territorial Rural (ITR). Projeto (PLS 640/2015) com esse propósito foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O autor, Donizeti Nogueira (PT-TO), explica que, para cálculo do ITR, são excluídas da área do imóvel rural as parcelas de preservação permanente e de reserva legal, as que não se prestam à agropecuária e as declaradas como de interesse para a proteção dos ecossistemas.

Pelas regras em vigor, essas informações devem constar do ato declaratório ambiental (ADA), que é um registro feito pelo proprietário no Ibama e hoje utilizado para o cálculo do ITR.

## Modernização

Como as mesmas informações também deverão constar no CAR, como previsto no novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), Donizeti quer que o cadastro ambiental substitua o ADA para fins de cálculo do imposto.

— Com a vigência do Código Florestal e a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural, que está sendo implementado, precisamos modernizar a legislação, para facilitar a vida do produtor rural — ressaltou o autor, durante discussão do projeto na CMA.

Como o cadastro ambiental ainda não está implementado em todo o país, a adoção para fins de ITR será facultativa, podendo o produtor rural continuar a utilizar o ato declaratório ambiental, se assim o desejar. Em voto lido por Regina Sousa (PT-PI), o relator na CMA, Blairo Maggi (PR-MT), apresentou emenda para excluir da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) o caráter obrigatório do ato.

A proposta vai ser analisada agora pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).



De acordo com regra, que foi aprovada ontem em comissão e agora irá para a Câmara dos Deputados, débitos das prefeituras sofrerão reajuste de 4% ao ano e não serão mais regidos pela taxa Selic



Senadores discutem na Comissão de Assuntos Econômicos o projeto que trata das dívidas das prefeituras com o INSS

## Aprovada nova correção de dívida de município com INSS

AS DÍVIDAS DOS municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) poderão ter uma nova fórmula de correção. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em turno suplementar, a substituição da taxa Selic, usada atualmente como referencial pelo INSS, pela regra da Lei Complementar 148/2014, que prevê juros de 4% ao ano sobre o saldo atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A nova fórmula irá para a Câmara dos Deputados se não

houver recurso para votação em Plenário do Senado.

A Lei Complementar 148/2014 trata dos critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida com a União e é mais vantajosa para estados e municípios.

A comissão já havia rejeitado o relatório de José Pimentel (PT-CE) pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado (PLS) 262/2008, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e aprovado um voto em separado, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que propôs um substitutivo ao projeto.

O relator entendeu que o projeto ficou prejudicado com a publicação da Lei 12.810/2013, que alterou a forma de parcelamento dos débitos previdenciários de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das respectivas autarquias e fundações.

Entretanto, o voto em separado recebeu apoio de vários senadores e acabou prevalecendo sobre o relatório. Os senadores concordaram com a intenção de Bezerra de encontrar uma solução para o acúmulo das dívidas dos municípios com o INSS.

## Cobrança de ISS de agência de viagem pode mudar

Proposta que regulamenta a cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) aplicado às atividades exercidas pelas agências de viagem foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto ainda vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e ao Plenário.

Do ex-senador Rodrigo Rollemberg, o PLS 388/2011 — Complementar esclarece a base de cálculo para a cobrança do imposto dessas empresas. A legislação atual (Lei Complementar 116/2003) não

faz essa definição, permitindo, segundo o autor, que o ISS das agências seja calculado de forma diversa em localidades diferentes. “A base de cálculo varia de município para município, afrontando o princípio da isonomia e prejudicando a competitividade dos serviços turísticos brasileiros em geral” justifica Rollemberg.

Pelo projeto, a base do ISS das agências de viagem será o preço do serviço de intermediação entre cliente e fornecedores de serviços turísticos, como empresas aéreas e hotéis.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) apresentou relatório favorável à proposta. No texto, afirma que a base de cálculo do ISS é o preço do serviço, não sendo possível incluir na incidência valores que não serão revertidos para o prestador, mas simplesmente repassados a terceiros. O senador apresentou emenda para deixar claro que o ISS terá como base de cálculo o valor da comissão recebida pelos fornecedores e o valor que as agências agregarem ao preço de custo dos serviços turísticos.

## Adiada análise de texto que limita débito da União

Uma questão de ordem de Roberto Requião (PMDB-PR) impediu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de votar o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 84/2007, que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada da União. Para o senador, o relatório de José Serra (PSDB-SP) é um “desvirtuamento do processo legislativo”.

Segundo Requião, “uma subemenda que tem a pretensão de ser um substitutivo da proposição principal não pode

ser considerada adequada”. Em favor de Requião, Lindbergh Farias (PT-RJ) argumentou que o relatório deveria limitar-se ao exame de emenda de Plenário apresentada em 2007 pelo então senador Arthur Virgílio.

Na emenda, Virgílio pede a redução do limite da dívida líquida de 3,5 vezes o valor da receita corrente líquida (RCL) para 2 vezes. Além de reduzir o limite da dívida para 2,2 vezes a RCL, a subemenda de Serra incluiu um limite para a dívida bruta, que não constava da

proposta enviada ao Senado em 2000 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral, submeteu o assunto à deliberação da comissão, que apoiou Requião. Tasso Jereissati (PSDB-CE) chegou a apresentar recurso para o reexame da questão de ordem pelo Plenário. Entretanto, Delcídio decidiu retirar de pauta o PRS 84/2007 e pedir a Serra que reexamine o relatório para reapresentá-lo à comissão.

## Alagoas poderá vender o que restou do seu banco estadual, em extinção desde 2000

O governo de Alagoas está autorizado a alienar ou privatizar o que restou do Produban, seu banco estadual em processo de extinção desde 2000. É o que determina o Projeto de Resolução do Senado 54/2015, de José Serra (PSDB-SP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), aprovado

em Plenário ontem.

Criado em 1954, o Produban entrou em crise na década de 90. Em 2000, resolução do Senado (32/2000) autorizou Alagoas a celebrar operação de crédito com a União para extinguir o banco, que não opera desde então, mas ainda não foi formalmente extinto.

## Venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais deve ser proibida

A proibição da venda de bebidas alcoólicas em condições de pronto consumo nos estabelecimentos situados às margens das rodovias federais foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De Marcelo Crivella (PRB-RJ), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 169/2011 seguirá para decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, que já havia sido aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), recebeu substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO). Ele não considerou razoável estender a proibição aos pos-

tos de venda de combustíveis em áreas urbanas, fora das margens das rodovias.

Crivella citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), estimando em R\$ 5,3 bilhões por ano os custos dos acidentes em aglomerações urbanas. Nas rodovias, a estimativa é de R\$ 22 bilhões em 2006.

Segundo o autor, o *Global Status Report on Road Safety*, da Organização Mundial da Saúde, aponta que pessoa com concentração de álcool no sangue de um grama por litro tem o risco de envolvimento em acidentes de trânsito aumentado em cinco vezes.



Autor do projeto, Crivella quer diminuir custos com acidentes em estradas

## MP que eleva imposto sobre vinho e eletrônico será votada na próxima semana

A comissão mista que analisa a medida provisória que eleva tributos de bebidas e eletrônicos (MP 690/2015) adiou para a terça-feira a votação do relatório de Humberto Costa (PT-PE).

O senador optou por adiar para 2016 o aumento na cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as bebidas quentes (cachaça, vinho, uísque, vodca e rum, entre outras), estabelecido na MP editada pelo governo.

A MP passará a valer em 1º de janeiro. Pelo texto original, a elevação dos tributos ocorreria em 1º de dezembro.

Com o relatório, a cobrança do IPI incidente sobre as bebidas será calculado por alíquota sobre o valor do produto (*ad valorem*). Hoje, segundo a Lei 7.798/1989, o imposto é cobrado por valor fixo sobre a quantidade

produzida (*ad rem*).

— Esse regime cria distorções na livre concorrência. Há bebidas de elevadíssimo valor comercial em que incide um total de imposto de apenas R\$ 0,73 — argumentou.

Humberto também adiou para 2016 o fim do Programa de Inclusão Digital, que isenta computadores, smartphones, roteadores e tablets da cobrança de PIS-Pasep e Cofins. O texto original extinguiu a isenção em dezembro. O relator entendeu que a melhor ocasião para o aumento seria em janeiro, para não prejudicar as vendas de fim de ano.

A isenção, que faz parte do Programa de Inclusão Digital, começou em 2005 e vigoraria até 31 de dezembro de 2018. Com a proposta do governo, passa a ser cobrada alíquota na ordem de 10% sobre as vendas do varejo de produtos de informática.

# Lei da ciência e tecnologia vai para o Plenário

Proposta, que tem como objetivo incentivar a pesquisa e a inovação, passou ontem em duas comissões. Se o Senado aprová-la, vai para a sanção presidencial

## AGENDA BRASIL

AS COMISSÕES DE Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovaram ontem o PLC 77/2015, que promove uma série de ações para o incentivo à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

O texto segue para o Plenário do Senado em regime de urgência e, se for aprovado, vai para a sanção presidencial.

A proposta, do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), regulamenta a Emenda Constitucional 85 e é um dos itens da Agenda Brasil, conjunto de medidas apresentadas pelo Senado para impulsionar o crescimento do país.

Relator da proposta na CAE, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou a importância do texto e disse que “serão desfeitas várias amarras que impedem o desenvolvimento do setor no país”.

— A comunidade científica não só apoia, mas também pede urgência na aprovação. Mais do que riqueza natural e capital, o conhecimento é a grande moeda de desenvolvimento de um país — afirmou.

Diante da importância do

tema e da necessidade de uma rápida aprovação, o relator pediu ao senador Walter Pinheiro (PT-BA) que retirasse as 12 emendas apresentadas por ele para que o projeto não voltasse para a Câmara dos Deputados.

— Aceito o desafio de abrir mão das emendas para ganharmos tempo, mas o governo tem que sancionar e pôr em prática os conceitos presentes nessa proposição — cobrou Pinheiro.

Para o relator na CCT, senador Jorge Viana (PT-AC), os setores científico e tecnológico brasileiros não serão mais os mesmos depois da aprovação do PLC 77/2015. Ele lembrou que, quando o assunto é ciência e inovação, há uma lista enorme de países à frente do Brasil:

— Apesar de termos crescido nos últimos 15 anos e de termos dobrado nossa produção científica, com a ampliação do número de doutores e mestres, o Brasil ainda está muito atrás. E aí temos que perguntar: estamos de acordo com isso? Onde estão os gargalos?

O senador explicou que apresentou apenas três emendas de redação, sem alterar o mérito do projeto.



Os senadores Cristovam Buarque, Hélio José, Delcídio do Amaral, Raimundo Lira e Jorge Viana durante a votação do projeto

## O que a proposta prevê

- Incentiva o desenvolvimento científico e tecnológico, com estímulo à pesquisa e à inovação.
- Regulamenta parcerias de longo prazo entre os setores público e privado.
- Permite aos pesquisadores em regime de dedicação exclusiva nas instituições públicas a possibilidade de exercer atividades remuneradas de ciência, tecnologia e inovação em empresas.
- Define nova hipótese de dispensa de licitação para a contratação de bens e serviços para pesquisa e desenvolvimento e abre a possibilidade de uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para “ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação”.
- Permite a contratação temporária de pessoal para pesquisa em instituições públicas.
- Dá tratamento aduaneiro prioritário e simplificado a equipamentos, produtos e insumos a serem usados em pesquisa.
- Possibilita a concessão de visto temporário ao pesquisador sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro e também ao beneficiário de bolsa de pesquisa concedida por agência de fomento.
- Dispensa a administração pública de licitação nas contratações de serviços ou produtos inovadores de empresas de micro, pequeno e médio porte.
- Prevê a prestação de contas uniformizada e simplificada dos recursos destinados à inovação.
- Permite que as instituições científicas autorizem que seus bens, instalações e capital intelectual sejam usados por outras instituições, empresas privadas e até pessoas físicas.
- Determina que servidores públicos, empregados públicos e militares afastados de suas atividades para desenvolvimento de projetos de pesquisa façam jus aos mesmos direitos e vantagens como se estivessem no exercício do cargo de origem.

## Política de Desenvolvimento Regional avança

Reduzir as desigualdades entre regiões e fortalecer a coesão social, econômica, política e territorial do país é o principal propósito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Essa política é instituída em projeto de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). O PLS 375/2015 visa assegurar a competitividade regional e a geração de emprego e renda em regiões que apresentaram declínio populacional e elevadas taxas de emigração.

Além disso, a PNDR tem como objetivo promover agregação de valor e diversi-

ficção econômica em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.

Na justificativa do projeto, Bezerra afirma que ele resulta de estudos sobre o tema, no período de 2012 a 2013, quando o senador foi ministro da Integração Nacional. Esse diagnóstico teve a contribuição de técnicos e especialistas reunidos em 27 conferências estaduais e, posteriormente, em eventos microrregionais e nacionais.

A proposta cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. O relator na CAS, Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou voto favorável ao

projeto, com emendas. Uma delas exclui artigo que previa aporte anual de R\$ 10 bilhões para o fundo. Para Pinheiro, “trata-se de despesa obrigatória de caráter continuado, que, para ser instituída, precisa de demonstração da origem dos recursos de seu custeio”.

Uma das fontes do novo fundo será o Imposto sobre Grandes Heranças e Doações (IGHD), objeto da PEC 96/2015, também de Bezerra.

O projeto de lei será submetido agora à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e em seguida, em caráter terminativo, à de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

## Regulação de emenda sobre inovação fará país crescer, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) ressaltou a importância da proposta que estimula o aumento da produção científica e da capacidade de inovação do país.

O projeto, que será votado em Plenário, promove a cooperação entre entes públicos e privados, simplifica procedimentos para gerir projetos de tecnologia e prevê o uso do poder de compra do Estado para fomentar a inovação.

— Vamos transformar 2015 no ano em que o Brasil, daqui para a frente, vai estar em condições de começar a competir do ponto de vista da inovação, ciência e tecnologia.

## Cristovam defende parcerias para desenvolver pesquisa

A proposta de regulamentação dos incentivos à pesquisa, inovação e ao desenvolvimento científico foi elogiada por Cristovam Buarque (PDT-DF). Para o senador, as regras previstas devem promover a cooperação entre os setores público e privado.

— A proposta, se virar lei e for realmente aplicada, vai permitir ao Brasil mudar o seu padrão de produção, hoje baseado em métodos antiquados e com impactos negativos em diversos setores, inclusive no meio ambiente, fato demonstrado pelo rompimento de barragens em Mariana (MG).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Rose pede decisão do governo sobre Orçamento

Presidente da CMO, a senadora diz que indefinições do Executivo atrapalham a comissão e podem comprometer votação da proposta orçamentária para 2016 ainda em 2015

O GOVERNO PRECISA unificar o discurso dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e decidir se quer votar a proposta orçamentária de 2016 ainda em 2015. A avaliação foi feita ontem pela presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

A parlamentar advertiu que não votar o projeto da lei orçamentária de 2016 (PLN 7/2015) poderá agravar a desconfiança da sociedade sobre o Executivo.

Para ela, a prova da falta de disposição do Planalto em votar o novo Orçamento é evidenciada pelas sucessivas alterações que vêm sendo propostas ao texto por meio de mensagens e ofícios encaminhados à CMO.

— O envio de mudanças é uma maneira de obstruir os trabalhos do colegiado — disse Rose, para quem “o governo não quer votar o Orçamento neste ano”.

O Executivo enviou ontem novas informações, ainda não disponibilizadas, que alteram a receita do próximo ano. Na semana passada, o Ministério do Planejamento havia encaminhado uma mensagem pro-

pondo a inclusão dos recursos da CPMF — cuja proposta de recriação (PEC 140/2015) tramita na Câmara.

Também houve mudanças nos parâmetros econômicos usados pelo relator da Receita, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), no cálculo da arrecadação do próximo ano.

As alterações obrigarão Gurgacz a rever o parecer apresentado há três semanas. Ele informou ontem aos líderes partidários na CMO que

precisará de mais tempo para apresentar o novo relatório.

As frequentes mudanças levaram Rose de Freitas a propor uma reunião de membros da comissão com os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, para discutir o Orçamento. A ideia, porém, foi descartada por alguns parlamentares.

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) disse que cabia à CMO definir um cronograma de

votação, restando ao governo adaptar-se a ele.

— Se o Planalto muda o texto todo dia, não é nosso papel alimentar isso. Vamos definir um cronograma e seguir.

O próprio líder do governo na CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), concordou com a deputada:

— Não cabe ao Executivo definir quando vamos votar. Devemos aprovar um cronograma entre nós e ponto final. Aí, o governo que use

instrumentos regimentais.

A proposta de definir, por acordo, cronograma para a votação da proposta orçamentária até o fim do ano foi feita pelo líder do PSDB na Câmara, deputado Domingos Sávio (MG), como condição para não obstruir os trabalhos da comissão.

— Se estabelecermos um acordo, há uma chance real de o país ter um Orçamento neste ano — avaliou.

(Da Agência Câmara)



Líderes partidários na CMO avaliaram com Rose de Freitas que comissão deve definir cronograma para votar Orçamento e que o governo precisa se adaptar aos prazos

## Comissão apoia proposta de registro eletrônico de imóveis

A comissão de juristas que analisa medidas para a desburocratização no país avaliou positivamente a proposta do governo federal de criação do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter). O presidente da Comissão da Desburocratização, ministro Mauro Campbell, considerou que a implementação contribuirá para o aprimoramento da gestão territorial do país.

O Sinter foi apresentado à comissão pelo subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal, Carlos Roberto Occaso. O objetivo é formar uma base de dados dos imóveis rurais e urbanos do país. O sistema contará com informações de registro repassadas por cartórios e com dados fiscais, cadastrais e georreferenciais, contribuindo para agilizar o acesso de órgãos públicos, sobretudo da Receita Federal e do Judiciário, às informações sobre imóveis.

De acordo com Occaso, os cadastros de imóveis rurais e urbanos são totalmente separados no Brasil, sendo que somente a União tem mais de 20 bases de dados sobre imóveis rurais que não se comunicam entre si.

Alguns dos principais problemas que resultam desse

modelo fragmentado de registro de imóveis, segundo o subsecretário da Receita, são a falta de segurança jurídica na regularização fundiária; o impedimento ao combate eficiente à corrupção e à lavagem de dinheiro; e dificuldades na cobrança de créditos tributários por parte da Receita Federal.

### Regimento

Durante a reunião, foi discutida também uma proposta de mudança no Regimento Interno do Senado Federal para incluir entre as competências da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a análise do custo-benefício e da eficiência de proposições legislativas.

Outro tema tratado pelos juristas foi a proposta de uma lei sobre desburocratização que está sendo desenvolvida por um grupo temático dentro da comissão.

Segundo o professor de direito civil da Universidade de São Paulo (USP) Otavio Luiz Rodrigues Junior, entre as inovações que deverão constar na minuta dessa lei, estão a exigência de título de eleitor somente em situações específicas, como no momento de votação; a aceitação de carteira de identidade com mais de dez anos; a proibição de retenção de documentos; o fim da exigência de comparecimento a cartório para transferência de veículo automotor; entre outras.

Rodrigues Junior apresentou a minuta representando o relator da comissão, o ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli.

### Pesquisa

A diretora da Secretaria da Transparência do Senado, Elga Lopes, destacou os resultados de pesquisa realizada pelo DataSenado sobre a visão da população brasileira a respeito da burocracia.

Segundo Elga, para 91% dos 9.108 internautas que responderam à enquete, o Brasil é um país muito burocrático. A pesquisa também revelou que 76% deles consideram que regulamentos rígidos e a exigência de documentos não evitam a corrupção.

## Jucá quer meta de déficit real em votação

O Congresso deve aprovar, na opinião de Romero Jucá (PMDB-RR), a meta de déficit real que o governo venha a registrar em 2015, independentemente do valor apontado pela equipe econômica. O senador destacou a queda de 3,5% no produto interno bruto (PIB) e o déficit na conta primária de -2% do PIB, equivalente a mais de R\$ 110 bilhões.

— A queda de arrecadação, a queda da atividade econômica e a elevação do índice de desemprego são uma realidade. Que o governo tenha coragem de desnudar esses números e, a partir daí, crie uma nova regra, uma nova mentalidade de que o melhor número para a economia não é o número maquiado ou o maior. O melhor número é o verdadeiro — defendeu.

Jucá disse que, desde o anúncio, no início do ano, de um superavit de 1,2% do PIB, entendia que esse número não era factível e não daria ao governo a credibilidade dos agentes econômicos.



Juristas analisam a ideia de criação de um sistema para unificar a gestão de informações sobre imóveis rurais e urbanos

# Senado aprova MP que compensa hidrelétricas

Segundo medida provisória, que irá para sanção, consumidor pagará tarifa mais alta quando faltar chuva. Durante 4 horas, oposição criticou e base aliada defendeu texto

O PLÊNÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 688/2015, que compensa as usinas hidrelétricas pelo déficit na geração de energia em razão da escassez de chuva.

O governo aguardava a votação da MP para dar mais segurança jurídica ao leilão de usinas hidrelétricas, previsto para hoje, com o qual pretende arrecadar R\$ 11 bilhões ainda neste ano. Como foi modificada no Congresso, a MP segue agora para sanção presidencial.

— A MP vai estimular a distribuição de energia. Trata-se de uma medida justa também para a saúde fiscal da União — declarou o relator da proposta, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou duas emendas apresentadas na Câmara dos Deputados. Segundo o senador, as emendas atribuíam novas competências ao Ministério de Minas e Energia — o que não poderia ser feito por MP.

Outras duas emendas foram questionadas por Ronaldo Caiado (DEM-GO), que discordou da urgência da medida.

O relator respondeu dizendo “que não há jabuti no texto da MP”. Apesar da tentativa de impugnação, os senadores votaram pela manutenção das emendas e a MP foi aprovada.

## Polêmica

A aprovação da MP, no entanto, não veio sem polêmica. Foram quase quatro horas de discussão. Waldemir Moka (PMDB-MS) elogiou o trabalho do relator e classificou a MP de “muito importante” para o produtor do campo, que terá

a oportunidade de consumir uma energia mais barata em algumas situações — como no horário noturno, usado para a irrigação.

José Serra (PSDB-SP) disse que o custo do leilão será pago pelo consumidor e criticou “as manipulações do governo”:

— O governo vai aumentar a tarifa dos consumidores. A incoerência é uma marca do governo Dilma, que está usando a energia para ajudar no ajuste fiscal.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu a MP, destacando que a medida será importante para as usinas do Paraná.

## “Imprudência”

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), apontou a importância da MP para “um leilão exitoso”. José Pimentel (PT-CE), Telmário Mota (PDT-RR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também apoiaram a MP.

Aécio Neves (PSDB-MG), porém, lembrou a “imprudência” de medidas anteriores, que reduziram o valor da tarifa da energia. O senador lembrou que o alerta feito pela oposição em 2012 não foi levado em conta e a tarifa de energia, que inicialmente caiu 20%, chegou a aumentar 70% em um ano em algumas regiões do país. Aécio acrescentou que a MP corrige “apenas em parte” os erros do governo.

— Quem vai pagar a conta mais uma vez são os consumidores. É mais um recurso do governo para alocar recursos no já tão combalido caixa do Tesouro — disse o senador, em referência ao leilão das usinas.

Reguffe (PDT-DF), José Agripino (DEM-RN), Ana Amélia



Relator da proposta, Eunício Oliveira (C) defende a medida provisória em Plenário: estímulo à distribuição de energia

(PP-RS), João Capiberibe (PSB-AP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-PE) também criticaram a MP.

Caiado disse que, pela MP, o consumidor de renda mais alta do Nordeste vai pagar uma tarifa mais baixa que o consumidor de baixa renda de outras regiões.

## Votação nominal

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lamentou a MP:

— Quem vai pagar a conta é o consumidor.

O senador disse que a medida é uma forma de corrigir os erros do governo na administração do setor energético.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou “o improviso” do governo e citou “a falta de uma política para a energia sustentável”:

— É um governo que não planeja e mete a mão no bolso do cidadão para tentar

corrigir os seus erros.

Os partidos de oposição chegaram a entrar em obstrução na votação final do texto e conseguiram provocar a votação nominal, quando cada senador tem de registrar o voto. Mesmo assim, a MP foi aprovada com 44 votos a favor e 20 contrários.

A medida prevê novas regras para o leilão das usinas que não aderiram à prorrogação das concessões com redução de tarifas, proposta pela Lei 12.783/2013. O objetivo do governo é sair do déficit econômico registrado pela redução na geração de energia, em razão da opção pelo uso de termelétricas para preservar o nível dos reservatórios.

A MP também transfere ao consumidor final o futuro risco hidrológico (pela falta de chuvas) na geração hidrelétrica de energia e prorroga contratos das usinas ou suas concessões

para compensar os prejuízos de 2015 com a geração menor.

Os prejuízos acumulados neste ano pelas usinas estão em torno de R\$ 13 bilhões. Esse valor não será repassado aos consumidores devido à prorrogação temporária dos contratos ou das concessões pelo tempo necessário à amortização do valor. A adesão das empresas geradoras a essa sistemática será voluntária.

Além disso, as geradoras podem escolher se querem assumir um risco pela energia contratada a partir de 2016. Uma parte desse risco será coberta por um prêmio pago pelos geradores aos distribuidores, como um seguro, que será utilizado para reduzir a tarifa por meio de repasses da conta de bandeiras tarifárias, cobradas dos consumidores. A outra parte será coberta por investimentos em nova capacidade para as usinas.

## Senadores aprovam procurador-chefe do Cade

O Senado aprovou ontem a indicação presidencial para que Victor Santos Rufino continue exercendo o cargo de procurador-chefe da Procuradoria Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Foram 51 votos favoráveis, 2 contrários e nenhuma abstenção. A presidente da República será informada do resultado.

Rufino é procurador federal desde 2006 e, desde 2008, desempenha várias funções no Cade. Em 2011, passou a ocupar o cargo de procurador-chefe-adjunto. No fim de 2013, teve sua primeira indicação para procurador-chefe aprovada no Senado.

Quando foi sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no dia

17, Rufino falou a respeito da controvérsia sobre a repartição de competências entre Banco Central e Cade para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica

O Cade é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, que tem

como missão zelar pela livre concorrência no mercado. É responsável, no âmbito do Poder Executivo, não só por investigar e decidir, em última instância, sobre a matéria concorrencial, como também fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência.



Victor Santos Rufino, procurador-chefe desde 2013, vai continuar no cargo

## Medida provisória que libera R\$ 950 milhões para ministérios tranca a pauta

Foi lida ontem e passa a trancar a pauta de votações do Plenário a medida provisória (MP) que libera R\$ 950,2 milhões para cinco ministérios.

Do total, a MP 697/2015 destina R\$ 610 milhões para o Ministério da Integração Nacional; R\$ 300 milhões para

o das Relações Exteriores; R\$ 19 milhões para o dos Transportes; R\$ 15 milhões para o da Justiça; e R\$ 6,2 milhões para o da Defesa.

A MP foi enviada pelo governo no início de outubro e aprovada, no último dia 12, em votação simbólica na Câmara.

## Área preservada às margens do Rio São Francisco pode ficar livre de imposto

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado 202/2015, de Otto Alencar (PSD-BA), que prevê isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) de imóveis localizados à margem do Rio São Francisco, de seus afluentes e de suas nascentes.

O benefício vale para terras em que esteja preservada, ou em processo de recomposição, a vegetação de áreas de preservação permanente.

O texto aprovado foi um substitutivo do relator, Walter Pinheiro (PT-BA), que será submetido a turno suplementar de votação.

# Em busca de um novo acordo climático global

Às vésperas da COP-21, que começa na semana que vem na França, o **Jornal do Senado** explica o que são as mudanças climáticas e mostra o que o Brasil promete fazer para reduzir as emissões de gases de efeito estufa

**DE 30** de novembro a 11 de dezembro, representantes de 195 países e da União Europeia se reunirão em Paris para tentar construir um novo acordo mundial sobre o clima. A 21ª Conferência das Partes (COP-21), da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima, tem uma meta principal: firmar um compromisso global de redução das emissões de gases de efeito estufa para conter o aquecimento do planeta, impedindo que a temperatura média da Terra aumente mais que 2 °C até o fim deste século, em relação à temperatura da era pré-industrial.

O novo acordo, que vai substituir o Protocolo de Kyoto, deverá ser seguido por todos os países a partir de 2020. Para tanto, cada nação deve apresentar seu compromisso voluntário de redução de emissões (a contribuição nacional ou INDC, na sigla em inglês), com as metas que se compromete a cumprir. O Brasil já apresentou sua INDC (*veja na contracapa*).

O acordo deverá tratar da mitigação — o esforço pela redução das emissões de gases — e da adaptação das sociedades aos problemas já existentes e aos que virão. Ele deve prever ainda as formas de implementar essas ações.

A COP também vai buscar o compromisso de governos, organizações e iniciativa privada na captação de dinheiro (US\$ 100 bilhões por ano) para investimento em ações que permitam aos países em desenvolvimento enfrentar as mudanças climáticas.

O objetivo de limitar o aumento da temperatura a 2 °C se baseia nas recomendações do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), criado pela ONU e pela Organização Meteorológica Mundial. O IPCC, que tem a colaboração de centenas de cientistas, estima que esse é o máximo tolerável pelo planeta para que os efeitos do aquecimento não sejam insustentáveis a ponto de colocarem em risco a existência humana. A redução do uso de combustíveis fósseis (principal causa da emissão de gases de efeito estufa) está entre as ações de mitigação que devem ser adotadas com urgência, sustenta a comunidade científica. O painel afirma que é preciso eliminar a queima desses combustíveis (como petróleo e carvão) até o fim do século, “descarbonizando” a economia mundial.

No entanto, uma parcela pequena de pesquisadores ainda questiona a tese de que o planeta está se aquecendo e que isso é fruto principalmente da atividade humana. Para eles, as alterações no clima são naturais. A corrente tem seguidores no Brasil. Em 2012, um grupo de cientistas enviou carta aberta à presidente Dilma Rousseff em que sustenta que não há evidências físicas da influência do homem nas alterações climáticas. A descarbonização da economia é desnecessária e o “alarmismo climático”, um erro, afirmam os pesquisadores.

A posição do governo brasileiro, porém, é oficialmente alinhada à da convenção-quadro. Em 2008, o Brasil instituiu o Plano Nacional sobre Mudança do Clima para promover ações de mitigação e adaptação no país. No ano seguinte, com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, ratificou frente à convenção seu compromisso voluntário de redução de emissões. No mês passado, colocou em consulta pública o Plano Nacional de Adaptação, que visa reduzir a vulnerabilidade do país aos riscos trazidos pelas alterações no clima.

No Congresso, o tema ganhou prioridade com a criação, em 2007, de uma comissão especial, que, em 2008, deu lugar à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Desde então, a CMMC debate políticas públicas e fiscaliza as ações do Executivo para o enfrentamento do problema. Para o presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), já há consenso no governo e na sociedade brasileira de que é preciso conciliar a atividade produtiva à preservação, e esse consenso é expresso no Congresso.

— Existe uma ameaça séria à espécie humana. Se continuarmos com o atual estilo de consumo, não haverá água para todos, não haverá alimento. Precisamos ter novos conceitos de padrão de consumo, de padrão civilizatório — afirma Bezerra, que participará da COP-21. Integrantes da comissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Roberto Rocha (PSB-MA), Sandra Braga (PMDB-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Donizeti Nogueira (PT-TO) também devem participar.

Neste ano, em razão dos atentados em Paris, a COP (que é a instância máxima de tomada de decisões da convenção-quadro) vai se limitar à agenda política de negociação. Os eventos paralelos foram suspensos.

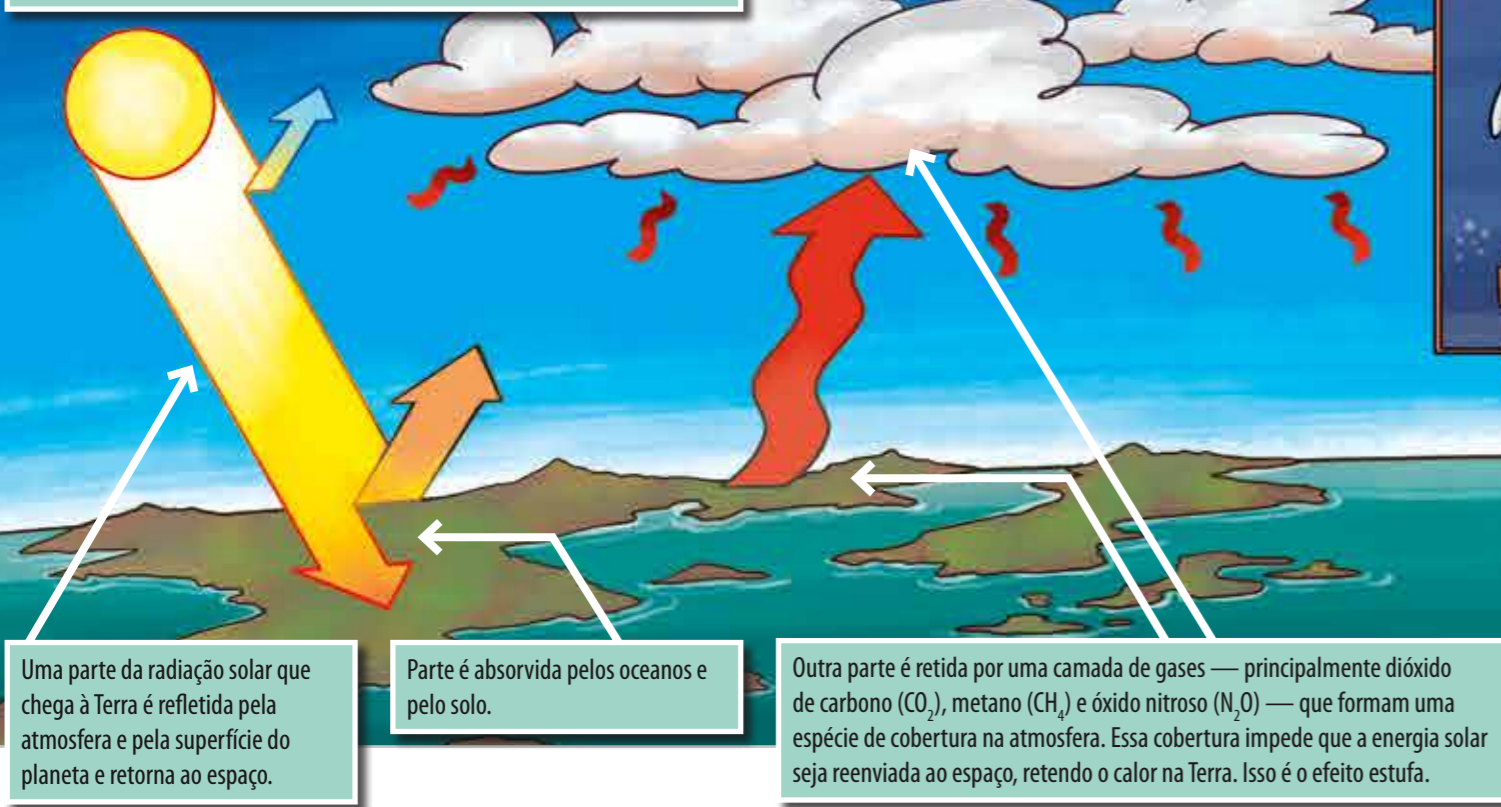


# Podemos contribuir para melhorar o clima

O desequilíbrio da temperatura é causado sobretudo pela ação humana, e suas consequências ameaçam o futuro de todo o planeta

## Efeito estufa

O efeito estufa é um fenômeno natural e tem um papel importante na regulação do clima. Graças a ele, a temperatura média da Terra é de 15 °C. Sem ele, o planeta seria bem mais frio, com temperatura de cerca de -18 °C. Veja como ocorre:



## A ação humana

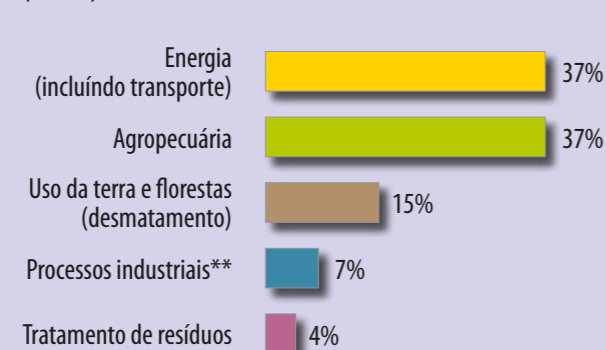
O problema é que o efeito estufa vem sendo desequilibrado pela ação humana, acreditam os cientistas. Os gases de efeito estufa (GEEs) já existiam na atmosfera muito antes do aparecimento do homem. Porém, desde a Revolução Industrial, a atividade humana provoca artificialmente o aumento da concentração de gases, tornando a camada mais espessa. A consequência é o aumento do aquecimento do planeta. A temperatura média da Terra já teria subido quase 1 °C nesse período. Se continuarmos no ritmo atual, seriam 4 °C até 2100, estimam os cientistas. Veja as atividades que emitem GEEs:



## Emissões por setor, no Brasil

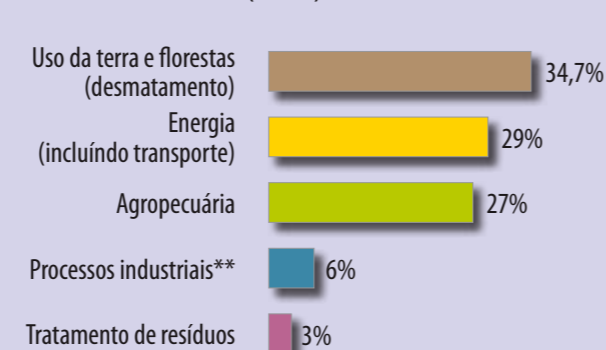
Observação: o governo e o Sistema de Estimativa de Emissão de Gases (Seeg), mantido pela rede de ONGs Observatório do Clima, têm estimativas diferentes sobre a responsabilidade de cada setor na emissão de GEEs no país. Isso porque o governo subtrai, do total de emissões do desmatamento, o carbono que estaria sendo removido da atmosfera pelas florestas em unidades de conservação e terras indígenas do país. A metodologia, contestada pelas ONGs, é permitida pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU.

De acordo com o governo (2012)



Produção total por ano: 1,2 gigatonelada de CO<sub>2</sub>eq\*

De acordo com o Sistema de Estimativa de Emissão de Gases (2013)



Produção total por ano: 1,5 gigatonelada de CO<sub>2</sub>eq\*

\*para medir o impacto total das emissões de gases de efeito estufa, os demais gases são convertidos em CO<sub>2</sub> equivalente (CO<sub>2</sub>eq), de acordo com o potencial de aquecimento de cada um.  
\*\*excluindo a queima de combustível para geração de energia

## Efeitos do aquecimento

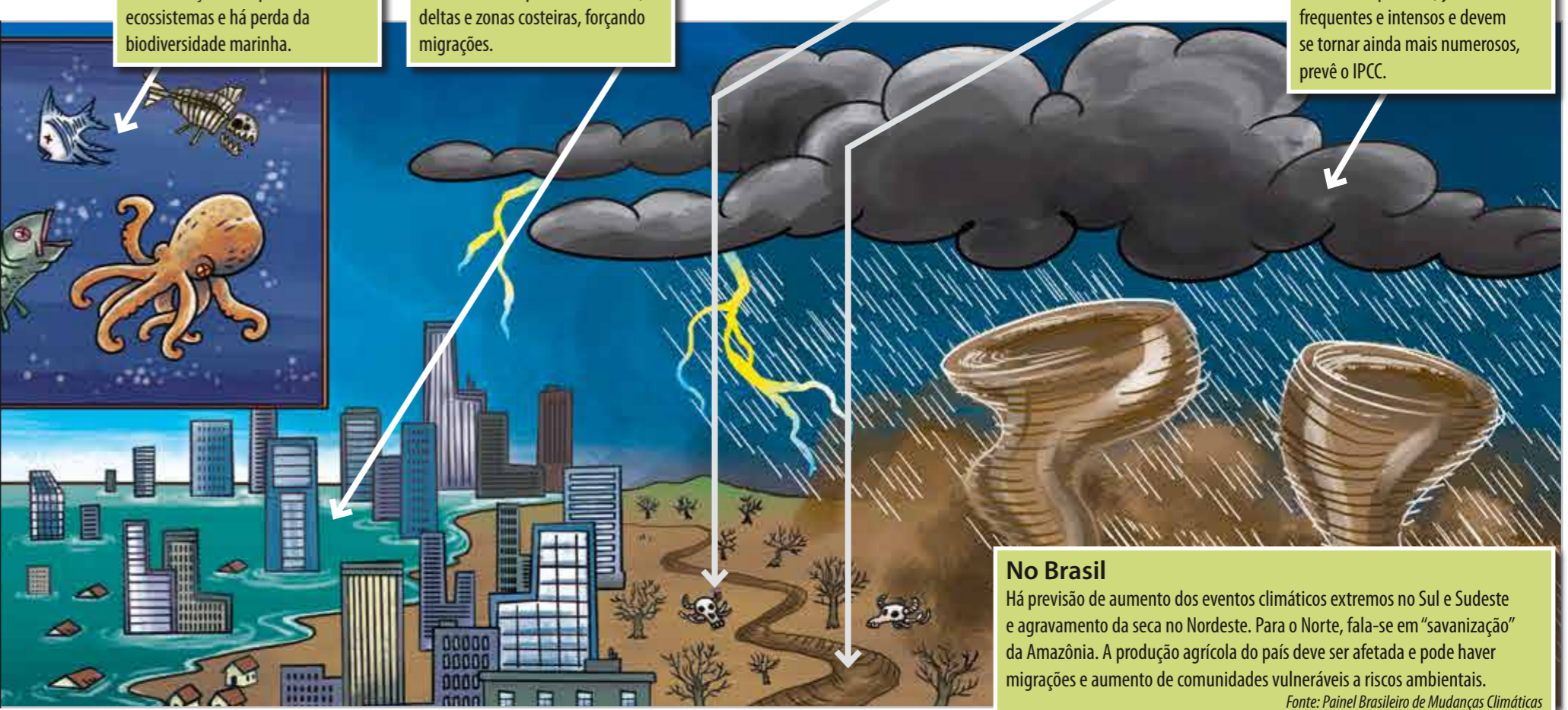
A água do mar está se tornando mais ácida, porque absorve mais CO<sub>2</sub> (o gás, em contato com a água, se transforma em ácido carbônico). A acidificação desequilibra vários ecossistemas e há perda da biodiversidade marinha.

Os oceanos já subiram 6 cm nos últimos 20 anos por causa do derretimento das geleiras. Até 2100, podem subir de 26 cm a 82 cm. Isso terá impacto sobre ilhas, deltas e zonas costeiras, forçando migrações.

A mudança de temperatura em terra e no mar já ameaça animais e vegetais, com risco de extinção de espécies.

Crise no abastecimento de água e perda na produção agrícola, provocadas pela mudança nos regimes de chuva.

Eventos meteorológicos extremos (secas prolongadas, tempestades, inundações, mudança nos regimes de chuva, ondas de frio e calor excepcionais) já são mais frequentes e intensos e devem se tornar ainda mais numerosos, prevê o IPCC.



## No Brasil

Há previsão de aumento dos eventos climáticos extremos no Sul e Sudeste e agravamento da seca no Nordeste. Para o Norte, fala-se em "savanização" da Amazônia. A produção agrícola do país deve ser afetada e pode haver migrações e aumento de comunidades vulneráveis a riscos ambientais.

Fonte: Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas

## O que podemos (e devemos) fazer

Governos, setores produtivos, sociedade civil e indivíduos — todos têm responsabilidade e podem contribuir para melhorar o clima no planeta. Veja o que é preciso fazer:



Eliminar o desmatamento ilegal e reduzir o desmatamento como um todo.



Investir no reflorestamento e na recuperação do solo e das áreas degradadas.



Investir na eficiência energética para reduzir o consumo de energia.



Evitar o consumo supérfluo.



Investir em tecnologias de baixo carbono na indústria, controlando as emissões do setor.



Melhorar o transporte público e a mobilidade urbana, priorizando modos menos poluentes ou não motorizados.



Ampliar a produção e o consumo de biocombustíveis (etanol, biodiesel) e reduzir o uso de combustíveis fósseis (gasolina, óleo diesel).



Alterar a matriz energética, priorizando fontes renováveis não convencionais (solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas).

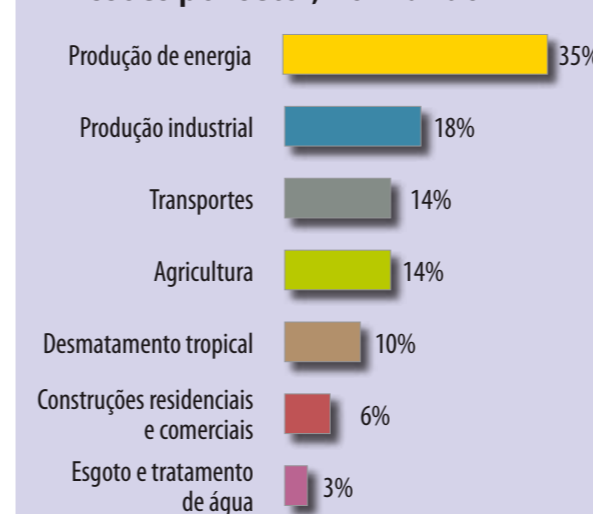


Priorizar produtos com certificação ambiental, biodegradáveis e recicláveis; priorizar o consumo de alimentos orgânicos.



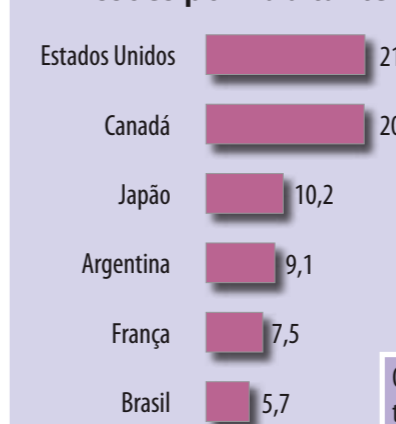
Reduzir a produção de lixo, reciclando materiais não perecíveis e usando os resíduos orgânicos na produção de energia (biomassa).

## Emissões por setor, no mundo



Fonte: COP-21

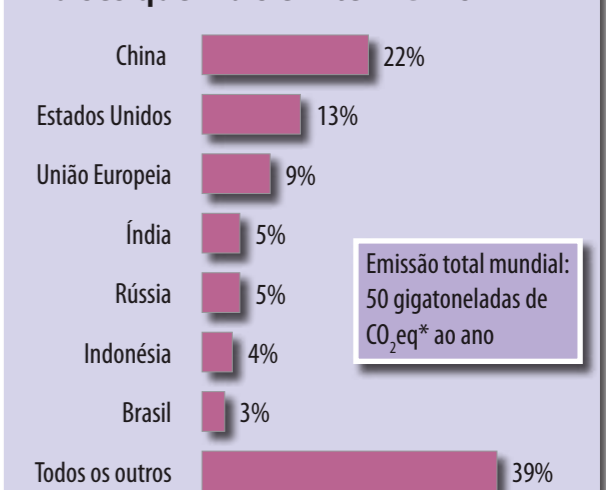
## Emissões por habitante



Quantidades em toneladas de CO<sub>2</sub>eq\*

Fonte: COP-21

## Países que mais emitem GEEs



Emissão total mundial: 50 gigatoneladas de CO<sub>2</sub>eq\* ao ano

Fonte: Observatório do Clima e World Resources Institute



# Brasil aposta em energia renovável e florestas para reduzir emissões

Proposta do país foi apresentada à ONU em setembro e ao Congresso em outubro. Organizações cobram metas maiores

**PARA DIMINUIR** as emissões de gases de efeito estufa, o Brasil pretende investir em fontes renováveis de energia, eliminar o desmatamento ilegal e recuperar pastos e florestas. Esse é o teor da proposta que o país leva à COP-21. A contribuição nacional (*veja quadro*), anunciada pela presidente Dilma Rousseff em setembro na Assembleia Geral da ONU, é classificada como ousada pelo governo brasileiro.

— Em 1990, emitimos 1,4 gigatonelada de dióxido de carbono equivalente. Em 2005, 2,1. Em 2030, chegaremos a 1,2. O Brasil, 40 anos depois, com todo o crescimento econômico, com o aumento da população, terá menos emissão do que em 1990. Nenhum país do mundo consegue fazer essa trajetória, só o Brasil — disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) em outubro, quando apresentou ao Congresso a proposta brasileira.

Porém, para organizações da sociedade civil como o Observatório do Clima (rede de entidades relacionadas a clima e meio ambiente), as metas do Brasil poderiam ser mais ambiciosas, considerando-se o enorme potencial de redução de emissões com a restauração de florestas, a agricultura de baixo carbono e a energia limpa.

O presidente da CMMC, senador Fernando Bezerra Coelho, pondera que o Brasil é o único país a propor emissão menor do que a de 2005. Por isso e também pelas políticas ambientais mantidas nos

últimos anos (como a redução do desmatamento na Amazônia), ele acredita que o país será liderança na COP. No entanto, também avalia que as metas poderiam ir além.

— Todo mundo reconhece que a proposta brasileira está no caminho certo, mas se discute se está na intensidade certa, se o Brasil não poderia ser mais ousado. Por exemplo, se o desmatamento zero não poderia ser antecipado de 2030 para 2025, se as energias renováveis não poderiam ter percentual maior.

Para motivar o governo a melhorar a meta em energia renovável, especialmente a solar, a comissão entregou ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, proposta de ampliação de 23% para 25% no percentual dessas energias (sem contar a hidroeletricidade) na matriz elétrica brasileira até 2030.

## Sinal de mudança

No fim de outubro, a um mês do início da COP-21, as Nações Unidas informaram que as propostas apresentadas até então pelos países ainda eram insuficientes para garantir que o planeta não se aqueça mais do que 2 °C até 2100. Os compromissos entregues por 146 nações até aquele momento representariam aumento de 3 °C, bem acima do limite estimado pelos climatologistas como suportável. Mas ainda é possível reverter a situação, frisou a ONU, e espera-se que as delegações (incluindo a brasileira) estejam guardando cartas na manga para melhorarem suas propostas durante a negociação.

Na CMMC, a ministra se mos-

trou confiante no encontro, graças a diferencial estratégico desta edição: pela primeira vez, todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, deverão oferecer um compromisso efetivo de redução de emissões.

— Politicamente, é um novo sinal na convenção: um sinal de mudança.

Ela ressaltou o papel essencial do Congresso, dos governos e da sociedade no “pós-Paris”, quando o Brasil deverá então se preparar para cumprir os compromissos firmados, inclusive alterando a legislação e

criando instrumentos normativos. No Congresso, tramitam mais de 80 projetos relacionados ao tema, como propostas de incentivo a energias alternativas e redução de emissões.

Para Bezerra, será um “momento rico” para a definição de políticas que defendam a sustentabilidade:

— A COP-21 não é o término de uma jornada. Ao contrário, é o início de uma tomada de consciência para a construção de uma nova forma de encaminhar o desenvolvimento da humanidade.

## A proposta brasileira

**O Brasil pretende reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e em 43% até 2030, em relação aos níveis de 2005.**

Em 2005, houve um pico de emissões no país: mais de 2 gigatoneladas (Gt) de dióxido de carbono equivalente. Então, na prática, o que o governo propõe é emissão de 1,3 Gt em 2025 e 1,2 Gt em 2030. Hoje emitimos 1,5 Gt ao ano. Para reduzir as emissões, o país promete:

### Ampliar a geração de energia renovável na matriz energética

Hoje as fontes renováveis representam 39,4% do total da nossa matriz energética (que considera a energia elétrica e também o uso de combustíveis). Até 2030, essas fontes deverão ser 45% do total. Para isso:

- 23% do total da matriz elétrica (que considera só a geração de energia elétrica, sem contar o uso de combustíveis) deverá vir de fontes alternativas, excluindo-se hidrelétricas. O foco é nas energias eólica e solar e na biomassa. Hoje 13% da energia elétrica vem dessas fontes.
- a participação de bioenergia deve aumentar para 18% na matriz energética, com maior oferta de etanol e maior parcela de biodiesel na mistura do diesel. Hoje o biodiesel representa 4% da matriz. Além disso, o país deverá alcançar 10% de ganho de eficiência no setor elétrico.

### Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e eliminar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030

A meta relativa ao desmatamento foi criticada porque, além de um prazo muito grande (2030) para medidas de combate ao crime, a proposta é restrita à Amazônia, isentando-se em relação a outros biomas, como o Cerrado. O governo explica que só a Amazônia tem monitoramento de desmate, o que permitiria aferir o cumprimento ou não da meta. Os demais biomas têm apenas estimativas. Também ressalta que o combate ao crime é complexo e exige comprometimento dos governos estaduais e municipais (e não só do federal) para fazer valer o Código Florestal.

### Recuperar 15 milhões de hectares de pastos degradados (além dos 15 milhões já previstos no Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, o Plano ABC) e implementar 5 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF)

Além de colaborar para a remoção de CO<sub>2</sub>, a recuperação de pastagens evita a abertura de novas áreas de pasto. A mesma vantagem tem a ILPF (sistema que combina o cultivo de grãos e fibras com a criação de animais e o plantio de florestas, de forma simultânea ou alternada), que também recupera pastagens. A estratégia para concretizar as duas medidas seria fortalecer o Plano ABC, que incentiva a adoção de práticas agropecuárias que reduzem a emissão de gases de efeito estufa no campo.



## SAIBA MAIS

- Veja animação que explica as mudanças climáticas <http://bit.ly/videoCOP21>

Site da COP-21  
[www.cop21.gouv.fr/en](http://www.cop21.gouv.fr/en)

### JORNAL DO SENADO

Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal  
70165-920, Brasília, DF  
[www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal) • e-mail: [jornal@senado.leg.br](mailto:jornal@senado.leg.br)  
Twitter: @Agencia\_Senado  
facebook.com/SenadoFederal  
Tel.: 0800 612211

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virginia Malheiros Galvez  
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho  
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano  
Diretor-adjunto: Flávio Faria  
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia  
Coordenação de Edição: Sílvio Burle  
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

### ENCARTE COP-21

Reportagem e edição: Tatiana Beltrão  
Arte: Cássio S. Costa  
Diagramação: Claudio Portella  
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer  
Colaboração: consultora legislativa Karin Kassmayer